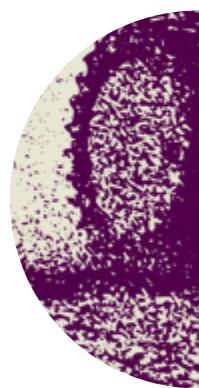




7

**Emprego, renda
e vulnerabilidade
no mundo rural**



Mensagens-chave

Embora a pobreza rural tenha diminuído nas últimas duas décadas, as famílias, especialmente as agrícolas, permanecem altamente vulneráveis devido à informalidade e à baixa diversificação das fontes de renda.

Nas últimas duas décadas, a taxa de pobreza rural na América Latina e no Caribe caiu pela metade, mas ainda é o dobro da urbana e afeta um em cada três habitantes rurais.

As famílias rurais são heterogêneas: nem todos são agrícolas, mas as famílias que dependem do setor agropecuário de forma independente enfrentam os maiores níveis de pobreza e vulnerabilidade.

Muitas famílias rurais vulneráveis, e as mulheres em particular, dedicam uma parte significativa de seu tempo à produção de subsistência. Embora essa produção garanta uma base mínima de sustento, também aumenta a vulnerabilidade dessas famílias a choques produtivos e climáticos, reforçando as desvantagens.

O emprego rural está em transição. Pela primeira vez, menos da metade das pessoas trabalha no setor agropecuário, enquanto o emprego não agropecuário ganha espaço. No entanto, a informalidade atinge dois terços dos ocupados e os salários rurais continuam defasados.

A pobreza rural é atenuada por transferências privadas, como remessas, e transferências estatais, embora estas últimas ainda apresentem limitações de cobertura, valores e acesso em áreas rurais e para grupos específicos.

É necessário consolidar a proteção social, ampliando as transferências de renda e as pensões não contributivas com maior suficiência, melhor focalização e alcance efetivo às populações indígenas e famílias em situação de isolamento geográfico. Ao mesmo tempo, é fundamental vincular a proteção social à inclusão produtiva para impulsionar a mobilidade social.

A diversificação do emprego rural requer apostar em setores de alto potencial, tanto agropecuários quanto não agropecuários, e acompanhá-la com formação e políticas de trabalho alinhadas à demanda local e à transição produtiva para atividades mais sustentáveis.

A redução das desigualdades envolve a superação das disparidades de gênero e etnia por meio da expansão dos serviços de cuidados infantis, do investimento em infraestrutura que economize tempo, da inclusão financeira e de políticas de emprego que integrem mulheres e populações indígenas em empregos de qualidade.

Emprego, renda e vulnerabilidade no mundo rural¹

Introdução

As áreas rurais da América Latina e do Caribe (ALC) continuam sendo o cenário de profundas desigualdades. Embora a pobreza rural tenha sido reduzida pela metade nas últimas duas décadas, ela ainda afeta um em cada três habitantes e sua taxa atual é o dobro da pobreza urbana. A falta de acesso a serviços básicos, a precariedade da infraestrutura e as oportunidades de trabalho mais limitadas fazem com que a vida nas áreas rurais seja marcada por maiores riscos e vulnerabilidades. Compreender como as famílias rurais ganham a vida e quais desafios enfrentam é fundamental para a elaboração de políticas que reduzam as desigualdades e ampliem suas oportunidades de desenvolvimento.

O setor agropecuário² tem sido historicamente o coração da economia rural e continua sendo uma fonte essencial de renda e emprego (Gáfaró et al., 2025). Milhões de famílias dependem das atividades do setor agropecuário, principalmente por meio

do trabalho independente em pequenas unidades produtivas. Este setor, no entanto, combina baixa produtividade com altos níveis de informalidade, o que deixa aqueles que dependem dele expostos à pobreza e a choques econômicos ou climáticos. Ao mesmo tempo, menos da metade dos trabalhadores rurais desempenham hoje atividades agropecuárias, o que reflete uma transição para outras ocupações que, embora tenham ganhado espaço, nem sempre oferecem condições de emprego de qualidade.

Este capítulo atualiza e amplia as evidências disponíveis sobre esses aspectos no mundo rural. Diferentemente de outros relatórios que abordaram o emprego e as disparidades urbano-rurais (Byerlee et al., 2008; Weller et al., 2016; Cicowiez et al., 2006), aqui é oferecida uma caracterização detalhada das estratégias de subsistência das famílias rurais e de como elas mudaram no contexto do processo de transformação estrutural da região. Para tanto, são utilizados

¹ Este capítulo foi elaborado por Dolores de la Mata e Mariana Marchionni com a assistência de pesquisa de Iván Albina e Juan Barnes.

² Ao longo do capítulo, o termo “setor agropecuário” é utilizado para se referir aos setores produtivos que incluem agricultura, pecuária, caça e silvicultura.

indicadores harmonizados de pesquisas domiciliares do CEDLAS (2025), a base mais abrangente e consistente para o acompanhamento socioeconômico ao longo do tempo, com informações representativas das áreas rurais e urbanas de 14 países da região no período 2003-2023.

A análise mostra que o mundo rural é muito heterogêneo. Nem todas as famílias dependem do setor agropecuário e, entre as que dependem, as situações diferem. A maior vulnerabilidade concentra-se nas famílias com menor diversificação de renda, especialmente aquelas que dependem quase exclusivamente do trabalho agrícola por conta própria, caracterizado por baixos níveis de produtividade. Além disso, a informalidade afeta múltiplas atividades, não apenas as agropecuárias, limitando o acesso à proteção social e perpetuando a precarização do trabalho da população rural.

Nesse contexto, os avanços na redução da pobreza coexistem com desafios persistentes que afetam particularmente os grupos mais vulneráveis do mundo rural, em especial as mulheres e as populações indígenas. Isso exige políticas que não apenas fortaleçam a proteção social, mas também promovam a inclusão produtiva.

O capítulo conclui discutindo a necessidade de impulsionar a diversificação do emprego para atividades com maior potencial, promover a formalização do trabalho e garantir que os setores mais desfavorecidos do mundo rural tenham acesso efetivo a essas oportunidades. Essas são medidas fundamentais para reduzir a vulnerabilidade dessas famílias rurais e ampliar suas possibilidades de desenvolvimento.

Famílias rurais e sua ligação com o setor agropecuário

O processo de mudança estrutural nas economias da ALC transformou significativamente as estratégias e oportunidades de inserção econômica das famílias rurais. Longe de se ajustar ao estereótipo tradicional da família exclusivamente agrícola³, as famílias rurais apresentam hoje uma notável diversidade, não apenas entre os países, mas também dentro de cada um deles.

Nesse sentido, é útil distinguir entre as famílias agrícolas, aqui definidas como aquelas cujo chefe⁴ ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário, e as demais famílias rurais⁵. Atualmente, uma em cada quatro famílias, em média, reside em áreas rurais dos países da ALC e 44% delas são agrícolas⁶. A figura 7.1 ilustra a distribuição das famílias rurais de acordo com essa classificação.

3 De forma simplificada, o termo "agrícola" é utilizado para se referir às famílias, conforme descrito no texto, e à renda proveniente desse setor.

4 Neste relatório, o termo "chefe da família" é utilizado independentemente do gênero para todas as pessoas de referência na unidade familiar e reconhecidas como tal pelos demais membros. O uso do termo no masculino genérico é feito simplesmente por razões de legibilidade.

5 Essa definição é semelhante à proposta por Gáfaró et al. (2025), com uma diferença relevante: esses autores consideram como agrícolas as famílias com pelo menos um membro ocupado no setor, enquanto aqui se adota um critério mais restritivo, baseado na ocupação do chefe ou cônjuge. Essa escolha visa evitar a classificação como agrícola de famílias cuja ligação com esse setor é tangencial (por exemplo, aquelas em que o único membro ocupado na agricultura é um filho, que pode até ser um empregado não remunerado) e se baseia na ideia de que a ocupação do chefe da família ou de seu cônjuge reflete de forma mais precisa o eixo de sua inserção econômica. Além dessa distinção conceitual, a proporção de famílias classificadas como agrícolas não varia substancialmente ao aplicar essas definições alternativas.

6 Os países incluídos na análise integram a base CEDLAS (2025) e são aqueles com informações representativas para áreas rurais ao longo do período 2003-2023: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. O gráfico A.7.1 no apêndice deste capítulo, disponível na edição online do RED, mostra a participação da população e dos domicílios rurais nos totais nacionais que resultam desses dados. Esses 14 países concentram aproximadamente 80% da população rural da ALC, de acordo com estimativas do Centro Latino-Americano e Caribenha de Demografia (Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU, 2024). Ao longo do capítulo, os indicadores apresentados correspondem à média simples desses 14 países. A decisão de utilizar médias simples, em vez de ponderações por população, visa evitar que os resultados reflitam desproporcionalmente a situação dos países maiores em termos populacionais. De fato, apenas o Brasil e o México, juntos, concentram 55% da população rural total desta amostra de países e 65% da população urbana. As áreas rurais são definidas de acordo com os critérios adotados pelos institutos nacionais de estatísticas de cada país.



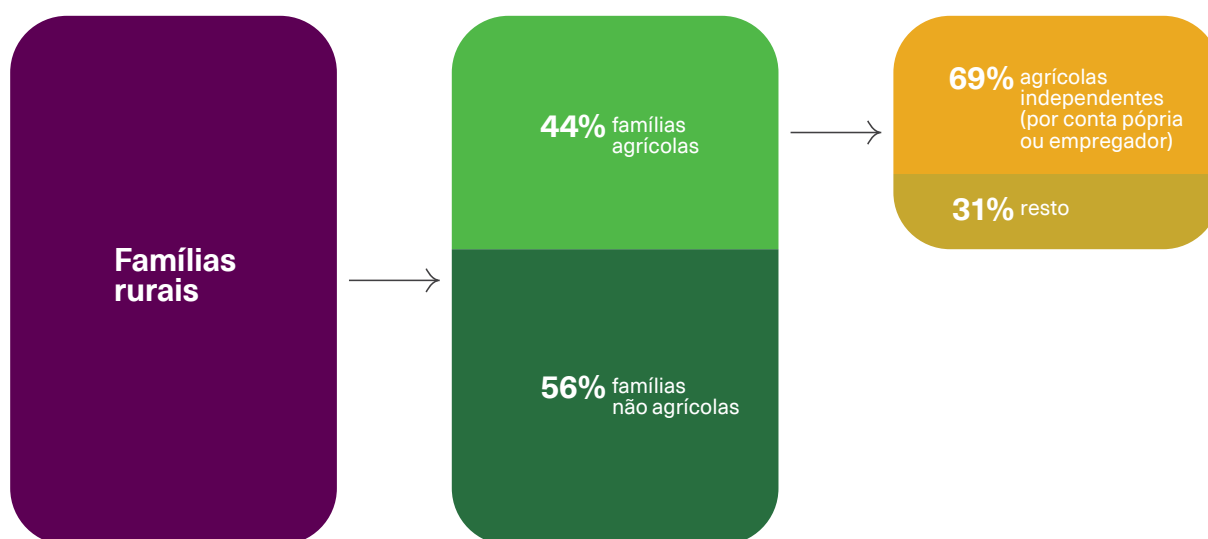
Longe de se ajustar ao estereótipo tradicional da família exclusivamente agrícola, as famílias rurais apresentam hoje uma notável diversidade, não apenas entre os países, mas também dentro de cada um deles

Entre as famílias agrícolas, identifica-se um sub-conjunto de especial interesse: as famílias agrícolas que trabalham de forma independente, doravante

denominadas famílias agrícolas independentes. Esse grupo inclui as famílias cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria (61% dos domicílios agrícolas) ou como empregador (8% das famílias agrícolas). Diferentemente das demais famílias agrícolas, sua inserção produtiva baseia-se na própria capacidade de gerar renda a partir da terra, do trabalho familiar e, em alguns casos, da contratação de mão de obra adicional. Essas famílias concentram, em grande parte, o universo de pequenas unidades produtivas que predominam na ALC (vide capítulo 2) e são frequentemente caracterizadas por baixa produtividade e alta vulnerabilidade. Além disso, representam, em média, 69% das famílias rurais agrícolas e quase um terço de todas as famílias rurais da região.

Figura 7.1

Classificação das famílias rurais de acordo com sua relação de trabalho com o setor agropecuário. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: As famílias agrícolas são definidas como aquelas famílias rurais cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. Dentro destas, são consideradas famílias agrícolas independentes aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Quadro 7.1

Famílias agrícolas, posse da terra e produção agropecuária

As pesquisas domiciliares de El Salvador (ONEC, 2023), México (INEGI, 2022) e Peru (INEI, 2024) incluem, além dos módulos de trabalho habituais, módulos agrícolas que permitem contrastar a definição de família agrícola utilizada neste capítulo com indicadores de produção agrícola e posse da terra.

De acordo com os módulos de trabalho, a proporção de famílias rurais agrícolas é de 26,8% em El Salvador, 56% no México e 89% no Peru. Entre elas, as famílias agrícolas independentes representam 58%, 74% e 90%, respectivamente.

As informações provenientes dos módulos agrícolas de El Salvador e do Peru permitem examinar a relação entre famílias agrícolas e propriedade da terra. No Peru, 61% das famílias agrícolas são proprietárias de terras agropecuárias, enquanto em El Salvador essa proporção é de 22%.

A relação com a condição de família produtora é inequívoca para as famílias agrícolas independentes. Tanto em El Salvador quanto no Peru, todas as famílias classificadas como agrícolas independentes relatam produção agrícola nos módulos agrícolas, seja para autoconsumo, comercialização ou ambos os fins. Em relação à posse, entre as famílias agrícolas do Peru predomina a propriedade (70%), embora também outros regimes sejam observados, como arrendamento (menos de 4%) e parceria ou empréstimo (28%). Em El Salvador, a propriedade é menos generalizada (34%) e o arrendamento e a parceria têm uma participação importante (36% e 30%, respectivamente). No México, a Pesquisa Nacional de Renda e Despesas das Famílias (ENIGH, na sigla em espanhol) de 2022 não inclui informações sobre a posse da terra, mas confirma que todas as famílias agrícolas independentes também são famílias produtoras.

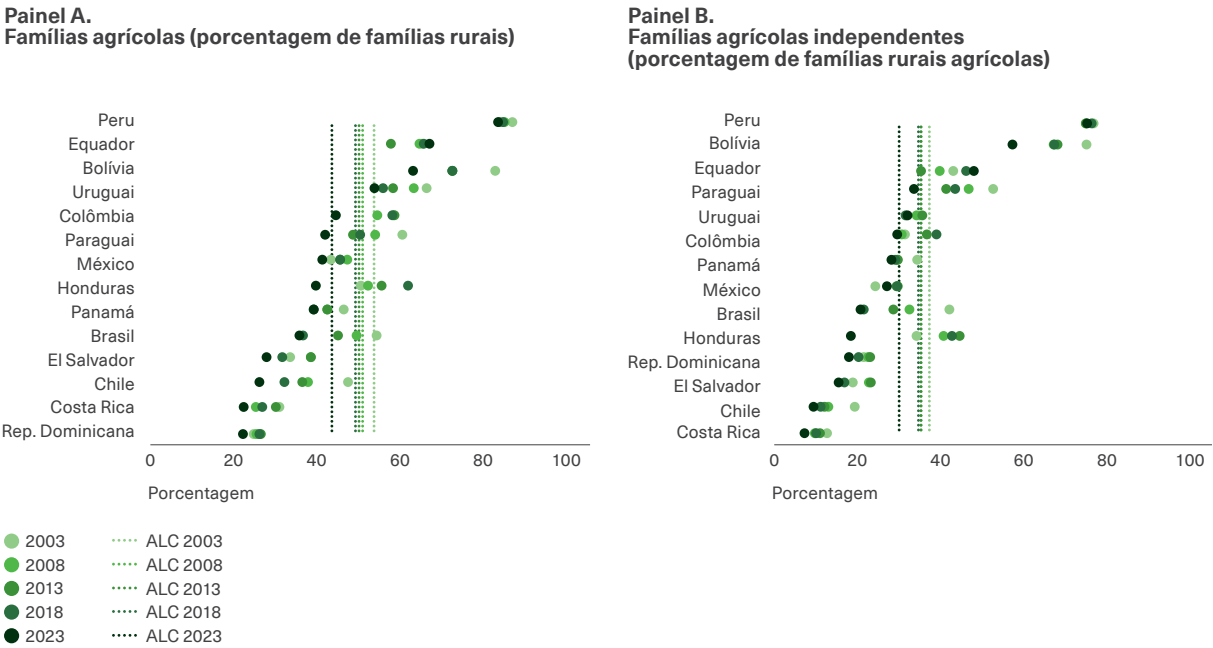
Essa classificação permite capturar diferentes graus de exposição a fenômenos de longo prazo, como o processo de mudanças estruturais, e a choques de curto prazo, sejam eles climáticos ou macroeconômicos, ao se concentrar no cerne da estratégia produtiva da família. Embora não signifique que as famílias agrícolas dependam exclusivamente do setor agropecuário, nem se baseie na propriedade da terra, e também não implique necessariamente que sejam produtoras, algumas dessas dimensões se entrelaçam na prática, conforme ilustrado no quadro 7.1 para os casos de El Salvador, México e Peru.



Observa-se uma clara tendência de redução da proporção de famílias agrícolas e agrícolas independentes em quase toda a região

A porcentagem de famílias agrícolas varia significativamente entre os países, como mostra o painel A do gráfico 7.1. No Peru, 84% das famílias rurais são agrícolas, enquanto na Costa Rica e na República Dominicana elas representam apenas 22%. Esses números mostram que o mundo rural é heterogêneo, com diversas formas de inserção econômica que, como será visto mais adiante, estão associadas a diferentes níveis de vulnerabilidade econômica. A heterogeneidade entre os países também se manifesta no peso relativo das famílias agrícolas independentes. O painel B do gráfico 7.1 mostra que essa porcentagem varia entre 75% no Peru e apenas 7% na Costa Rica. Essa heterogeneidade se traduz em diferentes níveis de vulnerabilidade, conforme exposto na seção a seguir. Além dessas diferenças entre os países, o gráfico também revela uma clara tendência de redução das famílias agrícolas e agrícolas independentes em quase toda a região nas últimas duas décadas, com quedas particularmente pronunciadas no Brasil, Bolívia, Chile e Paraguai.

Gráfico 7.1
Evolução da participação das famílias agrícolas e agrícolas independentes no total de famílias rurais nos países da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: As famílias agrícolas são definidas como aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. Dentro destas, são consideradas famílias agrícolas independentes aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

A renda das famílias rurais

As fontes de renda das famílias rurais afetam diretamente seu nível de vulnerabilidade econômica. Esta seção apresenta os níveis e a evolução da renda, a incidência da pobreza e a composição da renda total tanto para o conjunto das famílias rurais quanto

para as famílias agrícolas e agrícolas independentes. Alguns aspectos fundamentais da medição da renda em áreas rurais, essenciais para a interpretação das estatísticas, são detalhados no quadro 7.2.

Renda rural e disparidades entre a pobreza rural e urbana

Nas últimas duas décadas, a ALC experimentou um crescimento sustentado das rendas das famílias, acompanhado por uma redução acentuada da pobreza (Banco Mundial, 2022b; CEPAL, 2021; Gasparini et al., 2023). Em média, a renda per capita das famílias (medida em

dólares constantes de 2017 e ajustada à paridade do poder de compra [PPC]) cresceu 58% entre 2003 e 2023, com um aumento de 87% nas famílias rurais frente a 44% nas urbanas, resultando em uma redução parcial da disparidade de renda entre essas áreas.

Quadro 7.2

Medição da renda em áreas rurais

A mensuração da renda rural apresenta desafios específicos que devem ser considerados para uma interpretação adequada das estatísticas. Esses desafios dizem respeito às diferenças no custo de vida em relação às áreas urbanas, ao peso relativo das rendas não monetárias e às limitações na sua captação estatística. Alguns dos principais aspectos metodológicos são destacados a seguir.

Um primeiro aspecto central é a diferença nos níveis de preços e custos de vida. O CEDLAS (2015) estima que, em média, os preços nas áreas rurais da ALC são cerca de 15% mais baixos do que nas áreas urbanas. Enquanto as pesquisas domiciliares nacionais geralmente não contemplam esse ajuste, a base CEDLAS (2025) o incorpora uniformemente para todos os países, o que melhora a comparabilidade regional.

Outro elemento relevante é a maior presença de rendas não monetárias nas famílias rurais, como o consumo de bens provenientes da produção agropecuária própria e não agropecuária ou pagamentos em bens e serviços. A base CEDLAS (2025) contém uma medida harmonizada da renda total das famílias, construída incorporando rendas de trabalho monetárias (como salários ou ganhos do trabalho por conta própria) e não monetárias (entre elas, o valor da produção destinada ao autoconsumo e as remunerações em bens e serviços; por exemplo, alimentos, habitação ou serviços fornecidos pelo empregador). Como será visto mais adiante, omitir o autoconsumo subestimaria os recursos disponíveis e distorceria as medições de pobreza, especialmente entre as famílias de menor renda.

Um terceiro aspecto está vinculado às rendas provenientes de atividades agropecuárias, que representam uma fração significativa da renda rural. Essas rendas costumam apresentar fortes flutuações sazonais, o que exige utilizar períodos de referência suficientemente amplos para reduzir vieses. Na Colômbia, por exemplo, utilizam-se períodos de referência diferenciados segundo o contexto: mensal nas áreas urbanas e anual nas áreas rurais. Na maioria dos países, porém, essa distinção não se aplica.

Por fim, as limitações associadas à subdeclaração de renda devem ser levadas em consideração. Carletto et al. (2022) mostram que esse viés é mais acentuado na renda agrícola e tende a aumentar com o nível de bem-estar. Apesar disso, as evidências indicam que o uso das rendas declaradas em pesquisas domiciliares continua sendo a melhor alternativa disponível para medir a pobreza na ALC, na ausência de séries de consumo comparáveis e harmonizadas.

Conforme discutido detalhadamente no capítulo 6, o crescimento sustentado da renda contribuiu para uma forte redução da pobreza na região, particularmente nas áreas rurais⁷. Em média, a proporção da população rural vivendo abaixo da linha internacional de pobreza de US\$ 6,85 por dia caiu de 66% para 34%, mas ainda é o dobro da urbana. Esse processo é observado na maioria dos países, com avanços de magnitude variada.



A vinculação das famílias à atividade agropecuária, especialmente de forma independente, continua associada a uma maior vulnerabilidade econômica, apesar da melhoria geral das rendas rurais

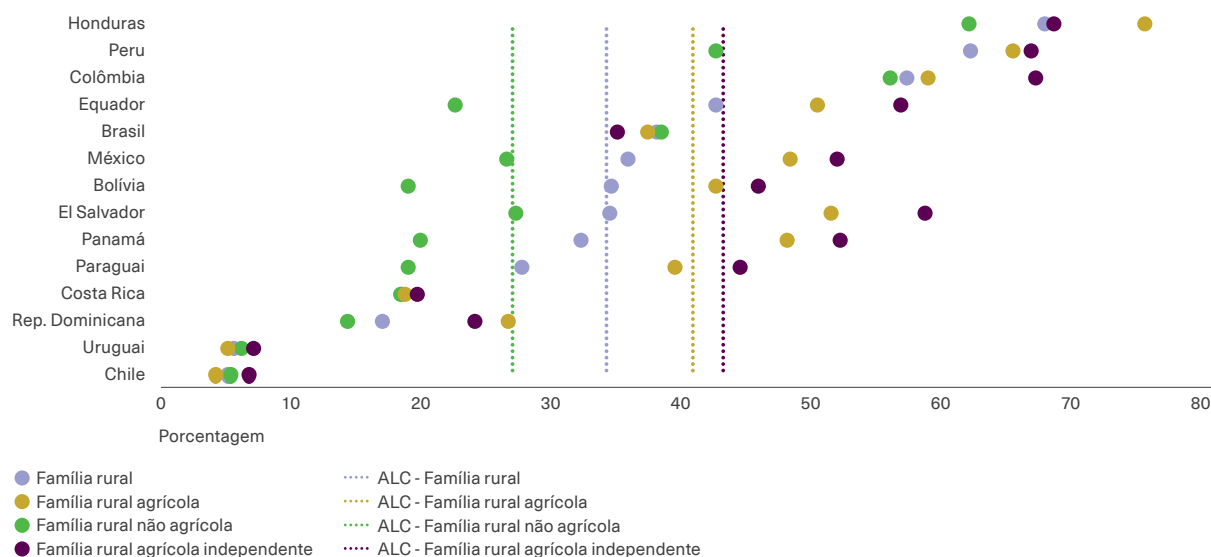
⁷ O Haiti e a Venezuela são possivelmente as únicas exceções à tendência geral de redução da pobreza na região nas últimas décadas, embora não haja estatísticas oficiais para esses países.

A redução da pobreza rural se estende a todos os tipos de famílias, tanto não agrícolas quanto agrícolas, sejam estas últimas assalariadas ou independentes. No entanto, persistem diferenças marcantes nos níveis de vulnerabilidade. Em 2023, a taxa de pobreza entre a população rural situou-se em 34%, mas atingiu 41% entre aqueles que fazem parte de famílias agrícolas e chegou a 43% no caso das agrícolas independentes. Em contrapartida, entre as famílias rurais não agrícolas, a incidência da pobreza foi consideravelmente menor, situando-se em 27%.

Esse padrão se repete em quase todos os países (gráfico 7.2), sugerindo que o vínculo com a atividade agropecuária, especialmente quando exercida de forma independente, continua associado a maiores níveis de vulnerabilidade econômica, mesmo em um contexto de melhoria geral das rendas rurais⁸. Como exceção, em países com agricultura de alta produtividade, como Brasil, Chile e Uruguai, os níveis de pobreza apresentam poucas diferenças de acordo com o grau de ligação das famílias com o setor agropecuário.

Gráfico 7.2

Pobreza rural em países da América Latina e do Caribe por tipo de família, 2023



Nota: A pobreza é definida como a porcentagem de pessoas em famílias de rendas abaixo do limite de US\$ 6,85 à paridade do poder de compra (PPC) por dia por pessoa. As famílias agrícolas são definidas como aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. As famílias agrícolas independentes são definidas como aquelas famílias agrícolas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

⁸ Ao analisar separadamente famílias de trabalhadores por conta própria e de empregadores (os dois grupos que compõem o conjunto de famílias agrícolas independentes), observa-se que os primeiros são muito mais pobres do que os segundos (45% frente a 23%). No entanto, dado que os empregadores representam, em média, apenas 8% do total das famílias agrícolas, decidiu-se mantê-los dentro do grupo de famílias agrícolas para a análise do gráfico 7.2. Uma constatação adicional é que as famílias agrícolas não independentes apresentam, em média, taxas de pobreza menores do que as independentes. Esse resultado é particularmente notável, pois contrasta com a visão histórica dos jornaleiros como o grupo mais vulnerável das sociedades rurais latino-americanas, associada na literatura a relações semifeudais, à condição de trabalhadores sem-terra e aos movimentos camponeses (Bobonis e Morrow, 2014; Knight, 1986; McCreery, 1983). As evidências sugerem que, no contexto atual, essa desvantagem relativa foi revertida.



Mercado de Chichicastenango, Guatemala.

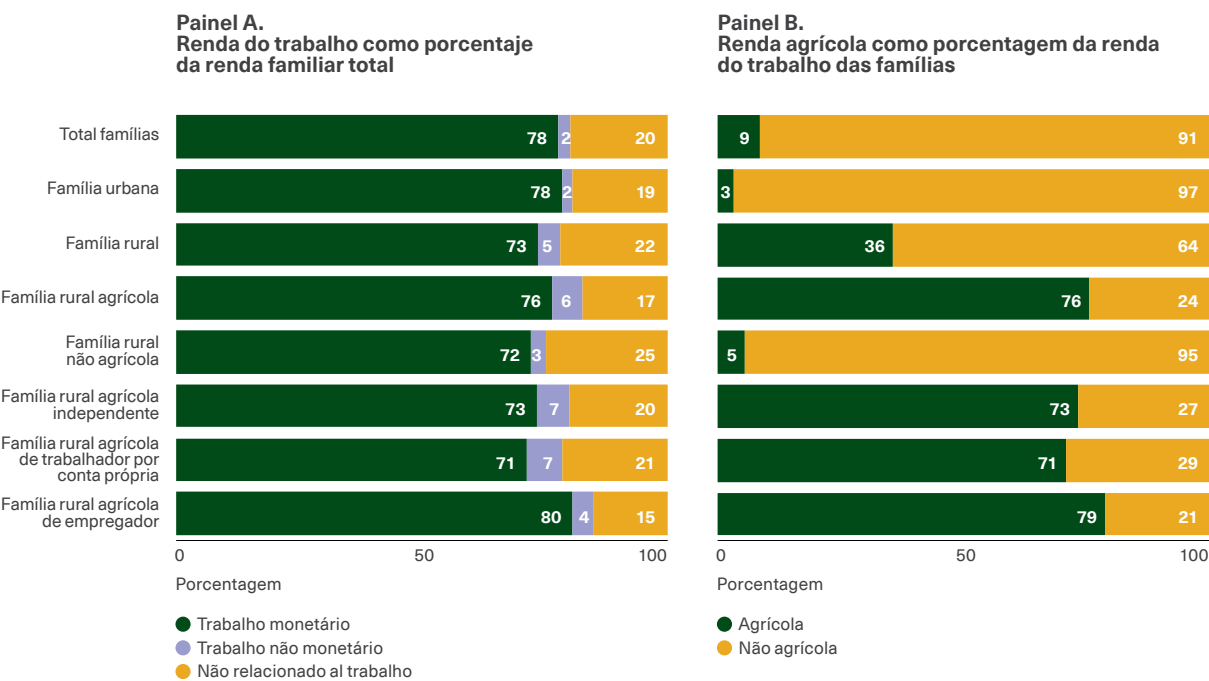
Como as famílias rurais geram renda?

A maior parte da renda das famílias provém do trabalho. De acordo com as informações das pesquisas domiciliares, a renda do trabalho (incluindo a renda monetária e não monetária) representa, em média, 78% da renda total das famílias rurais da região, proporção ligeiramente inferior à registrada nas famílias urbanas (80%).

O painel A do gráfico 7.3 mostra que, quando se analisa o universo rural, as famílias agrícolas dependem ainda mais do trabalho do que as demais famílias rurais. A renda do trabalho representa 82% da renda

total das famílias agrícolas e 75% das famílias rurais não agrícolas. Dentro do conjunto de famílias agrícolas, a proporção da renda do trabalho é um pouco menor entre os independentes, chegando a 79%. Isso reflete o fato de que esse subconjunto está concentrado nos decis mais baixos da distribuição de renda, onde a baixa produtividade do trabalho por conta própria limita a contribuição relativa da renda do trabalho, ao mesmo tempo em que as transferências do Estado e privadas (como remessas, apoio de familiares ou redes comunitárias) representam uma fração significativa da renda total das famílias.

Gráfico 7.3
Decomposição da renda das famílias por tipo de família. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: A renda do trabalho inclui renda monetária, como salários ou ganhos do trabalho por conta própria, e não monetária, como autoconsumo e remunerações em bens e serviços. A renda agrícola das famílias é estimada como a soma de toda a renda do trabalho (tanto da ocupação principal quanto das ocupações secundárias) dos membros que declaram ter como ocupação principal uma atividade no setor agropecuário. As famílias agrícolas são aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário, enquanto as famílias agrícolas independentes são aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador. Os totais podem diferir ligeiramente de 100% devido ao arredondamento.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).



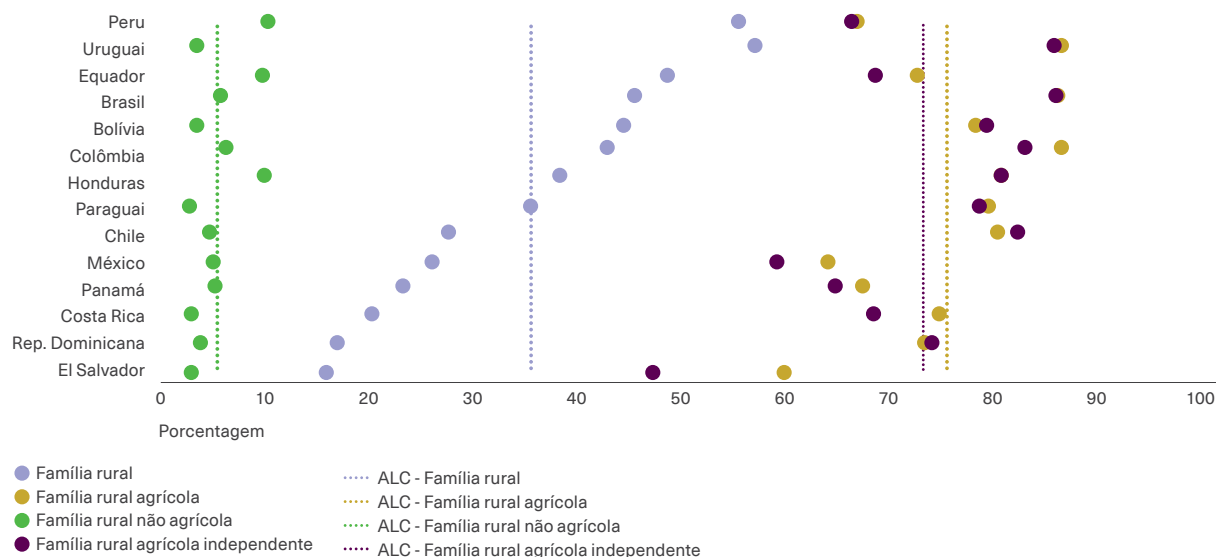
Uma alta dependência da renda agrícola expõe as famílias a maiores riscos e aprofunda sua vulnerabilidade além do que as taxas de pobreza mostram

Os contrastes são ainda mais acentuados quando se compara a composição dessa renda do trabalho entre os diferentes tipos de famílias, como mostra o painel B do gráfico 7.3. Em média, 36% da renda do trabalho das famílias rurais provém de atividades no setor

agropecuário⁹. Naturalmente, essa porcentagem é muito maior entre as famílias agrícolas (77%) e agrícolas independentes (75%). Como mostra o gráfico 7.4, essa concentração é muito mais alta em alguns países, como Brasil e Uruguai, onde cerca de 87% da renda do trabalho, tanto das famílias agrícolas quanto das agrícolas independentes, está ligada ao setor agropecuário. Em contrapartida, entre as famílias rurais não agrícolas, a participação do setor agropecuário na renda do trabalho é marginal, com uma média regional de apenas 5% e um máximo próximo de 10% em países como Equador, Honduras e Peru.

Gráfico 7.4

Renda agrícola como porcentagem da renda do trabalho, por tipo de família, em países da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: A renda agrícola das famílias é estimada como a soma da renda total do trabalho (tanto da ocupação principal quanto das ocupações secundárias) dos membros que declaram ter como ocupação principal uma atividade no setor agropecuário. As famílias agrícolas são aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário, enquanto as famílias agrícolas independentes são aquelas cujo chefe ou cônjuge trabalham por conta própria ou como empregador.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

9 A renda agrícola das famílias é estimada como a soma de todas as rendas monetárias e não monetárias do trabalho (tanto da ocupação principal quanto das ocupações secundárias) dos membros que declaram ter como ocupação principal uma atividade no setor agropecuário. Uma parte importante da renda agrícola pode provir da produção própria. Em pesquisas domiciliares, como a ENAHO (Peru) e a ENIGH (México), esse componente pode ser estimado diretamente a partir de módulos específicos para produtores ou indiretamente a partir da renda do trabalho declarada por trabalhadores independentes. O método direto apresenta valores da produção própria entre 25% e 30% superiores aos estimados indiretamente, diferença consistente com as conclusões de Gáfaró et al. (2025).

Essa especialização em atividades agropecuárias pode aumentar a exposição das famílias aos riscos próprios do setor, especialmente entre aquelas nos decis de renda mais baixos, contribuindo para uma vulnerabilidade ainda mais profunda do que a refletida pelas taxas de pobreza apresentadas acima. Além disso, a forte dependência do setor agropecuário pode restringir suas possibilidades de diversificação e inserção em outros setores. A literatura tem mostrado que essa situação responde a múltiplas fricções (financeiras, institucionais e de mobilidade do trabalho) que

dificultam a realocação de trabalhadores para atividades mais produtivas e geram armadilhas de pobreza nas quais as famílias permanecem em ocupações de baixa produtividade, com poucas oportunidades de acumulação ou transformação (Banerjee e Duflo, 2011; Carter e Barrett, 2006; La Porta e Shleifer, 2014). Em contrapartida, a expansão do emprego nos setores não agropecuários em áreas rurais está sistematicamente associada a níveis mais baixos de pobreza, insegurança alimentar e desigualdade (Imai et al., 2015; Lanjouw e Murgai, 2009; Rahman e Mishra, 2020).

Diversificação da renda do trabalho e vulnerabilidade no mundo rural

A análise da participação das diferentes fontes de renda revela as estratégias econômicas das famílias rurais e expõe seus níveis de vulnerabilidade. O painel A do gráfico 7.5 mostra que, à medida que se avança das famílias mais pobres para as de maior renda (ordenadas em decis de renda total das famílias dentro de cada país), a participação das fontes de trabalho na renda total aumenta significativamente. Em média, a renda do trabalho nas famílias rurais do primeiro decil representa apenas 39% do total, enquanto naquelas do decil mais alto chega a 86%. A menor participação da renda do trabalho nos decis mais baixos é compensada, em parte, por uma maior incidência de transferências públicas e privadas.

O painel B do gráfico 7.5 mostra, para o conjunto de famílias rurais, uma clara relação positiva entre o nível de renda do trabalho e o grau de diversificação das fontes de trabalho. Nos decis mais baixos, a renda agrícola representa mais de 63% da renda do trabalho e deriva principalmente do trabalho agrícola por conta própria. À medida que se sobe na distribuição de renda, a participação do trabalho assalariado em outros setores produtivos aumenta. Em particular, o trabalho por conta própria não agrícola mantém uma presença relativamente constante ao longo da distribuição de renda. Em suma, as famílias rurais de maior renda têm uma estrutura

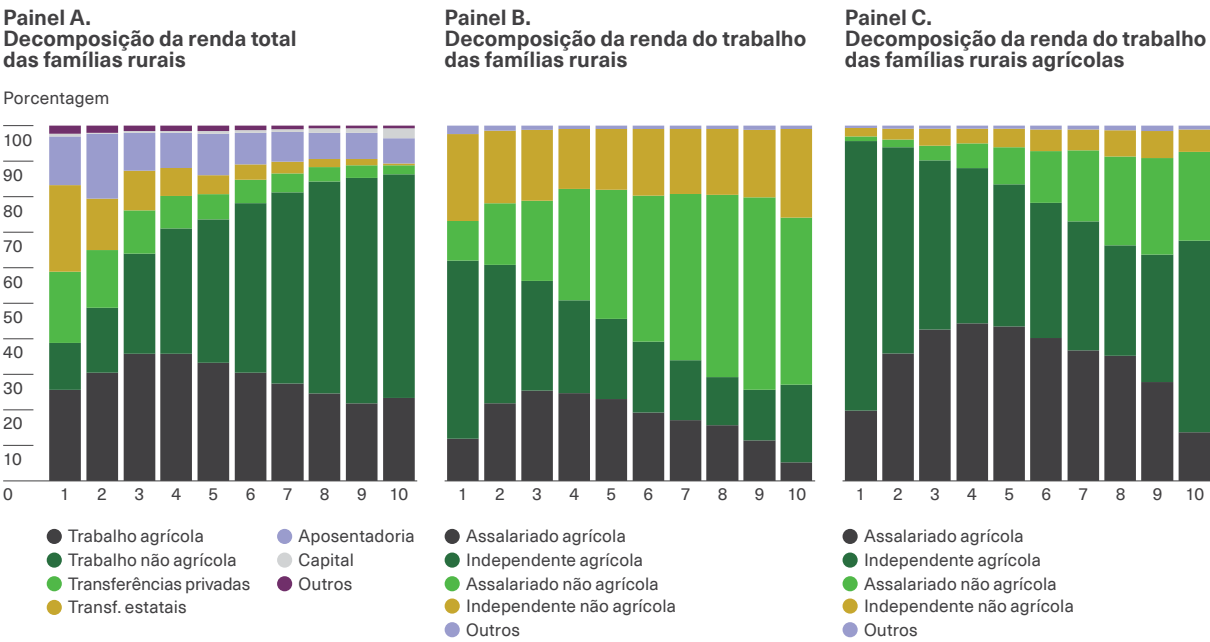
ocupacional mais diversificada, o que pode reduzir sua vulnerabilidade econômica.

O painel C do gráfico 7.5 repete essa análise, mas se concentra apenas nas famílias rurais agrícolas. Entre as famílias agrícolas nos decis mais baixos, a renda do trabalho provém quase exclusivamente do trabalho independente no setor agropecuário (seja por conta própria ou empregador), que representa 75% do total. Em contrapartida, a participação da renda proveniente do trabalho assalariado agrícola cresce nos primeiros decis e atinge um máximo em torno do quarto decil, para depois diminuir. Nos lares de renda mais elevada, as fontes de renda não agrícolas têm maior peso.

Embora nas faixas superiores da distribuição se observe uma certa diversificação das fontes de trabalho das famílias agrícolas, a renda proveniente do setor agropecuário continua sendo predominante e, mesmo no decil mais alto, representa 68%¹⁰. Essa dependência do setor agropecuário pode limitar sua margem de manobra diante dos choques econômicos ou climáticos, ou mudanças profundas, como as que ocorrem durante a transformação estrutural.

10 Gáfaru et al. (2025) documentaram padrões semelhantes mostrando que a combinação de atividades de trabalho é muito limitada entre as famílias de menor renda, especialmente entre aquelas que se dedicam exclusivamente à agricultura, enquanto a diversificação cresce nos segmentos superiores da distribuição, embora sem se tornar generalizada. Os resultados do capítulo são consistentes com essas evidências.

Gráfico 7.5
Decomposição da renda das famílias por decil. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: A desagregação corresponde a decis da renda total das famílias calculados em nível nacional. Considerando a média dos 14 países, os quatro primeiros decis incluem 53% das famílias rurais, enquanto os quatro últimos decis incluem apenas 26%. A renda do trabalho inclui renda monetária (salários ou ganhos do trabalho por conta própria) e não monetária (autoconsumo e remunerações em bens e serviços). A renda agrícola das famílias é estimada como a soma da renda total do trabalho (tanto da ocupação principal quanto das secundárias) dos membros que declaram ter como ocupação principal uma atividade no setor agropecuário. As famílias agrícolas são aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. O gráfico A.7.2 no apêndice deste capítulo, disponível na edição online do RED, mostra a decomposição para as famílias urbanas.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Em suma, esta análise revela padrões diferenciados de acordo com o nível de renda e o grau de vinculação com a atividade agropecuária. As famílias rurais mais pobres dependem mais de transferências públicas e privadas e a maior parte de sua renda do trabalho é gerada por conta própria. Em contrapartida, à medida que a distribuição de renda aumenta, a diversificação das fontes de renda do trabalho também aumenta e o peso do trabalho assalariado em setores não agropecuários cresce. Essas constatações refletem diferentes estratégias de geração de renda e revelam heterogeneidade no nível de vulnerabilidade a choques.

● ●
À medida que a distribuição de renda aumenta, a diversificação das fontes de renda do trabalho também aumenta e o peso do trabalho assalariado em setores não agrícolas cresce

A transformação do emprego no mundo rural

Estrutura setorial do emprego

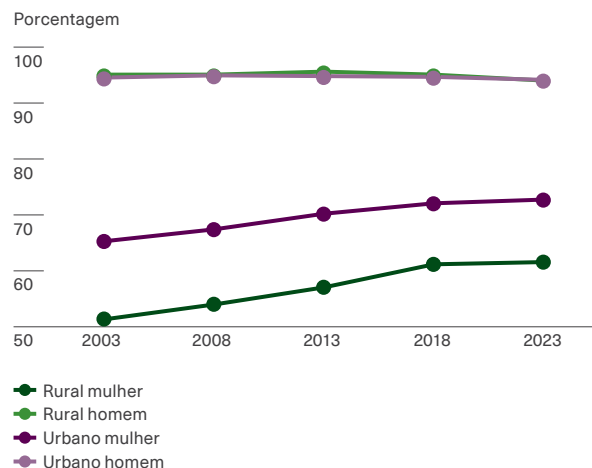
Antes de analisar as mudanças na estrutura do emprego, vale a pena considerar brevemente a evolução da oferta de trabalho. Nas últimas duas décadas, a participação no mercado de trabalho aumentou nas áreas rurais da ALC, mas isso ocorreu em paralelo às áreas urbanas, mantendo relativamente estáveis as diferenças entre as duas áreas. Entre 2003 e 2023, a taxa de participação nas áreas rurais cresceu de 73% para 77%, mantendo-se sempre cerca de cinco pontos abaixo da taxa urbana. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela maior participação das mulheres rurais, que passou de 51% para 62%, como mostra o

painel A do gráfico 7.6, embora sem sinais claros de convergência com as mulheres urbanas. As disparidades também persistem na margem intensiva: em 2023, as pessoas empregadas em áreas rurais trabalhavam, em média, duas horas a menos por semana do que suas contrapartes urbanas, em um contexto de redução leve, mas generalizada, do tempo de trabalho, como mostra o painel B do gráfico 7.6¹¹. Em resumo, além dos avanços na incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, não se observam transformações significativas na oferta de trabalho que tenham reduzido as distâncias estruturais entre o mundo rural e o urbano.

Gráfico 7.6

Evolução da oferta de trabalho em áreas rurais e urbanas por gênero. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023

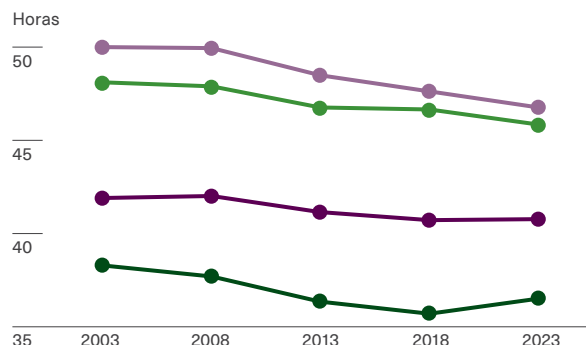
Painel A.
Participação no trabalho



Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos.

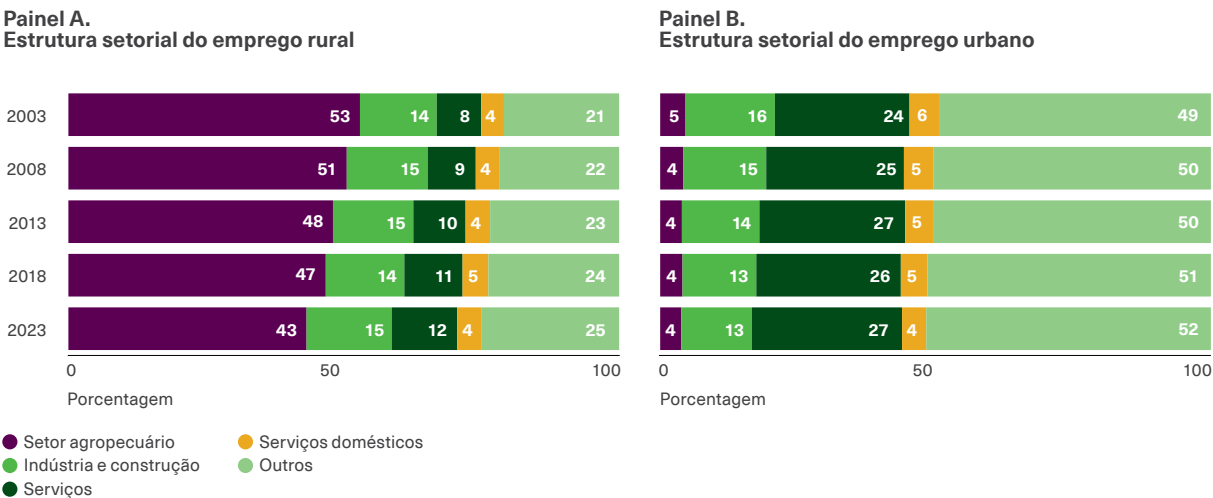
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Painel B.
Horas trabalhadas por semana



11 As diferenças nas horas trabalhadas devem ser interpretadas com cautela, uma vez que o trabalho agrícola é, em média, mais físico e sazonal, o que pode refletir tanto limitações de oferta quanto variações na demanda de trabalho. Por outro lado, essas comparações não controlam as características dos trabalhadores nem os setores de emprego. Ao restringir a comparação a trabalhadores com o mesmo nível educacional, a disparidade no tempo semanal de trabalho entre áreas rurais e urbanas se reduz para pouco menos de 1 hora entre as pessoas de nível educacional médio e alto, mas se mantém em 2 horas para aquelas de baixo nível educacional.

Gráfico 7.7
Evolução da estrutura setorial do emprego. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023



As mudanças mais profundas observam-se na estrutura do emprego e nas formas de inserção no trabalho. Em economias atrasadas, os pequenos produtores rurais representam a maior proporção dos habitantes rurais e concentram quase todo o seu tempo de trabalho em atividades agrícolas em suas próprias parcelas, sem acesso a mercados de trabalho externos. Com o desenvolvimento econômico, essas famílias começam a contratar mão de obra ou a vender seu trabalho em outros estabelecimentos, integrando-se progressivamente ao mercado de trabalho mais amplo (Charlton et al., 2021; Taylor e Charlton, 2018). Esse fenômeno tem sido considerado um componente central do processo de desenvolvimento: já em 1954, Arthur Lewis (1954) identificou o deslocamento de trabalhadores do setor agropecuário para setores mais dinâmicos como o cerne do crescimento econômico, e Timmer (1988) cunhou o conceito de “transformação agrícola” para descrever essa evolução estrutural. Grande parte das mudanças nos mercados de trabalho rurais da ALC responde a

essa transição, embora de forma menos dinâmica do que nos países desenvolvidos (vide capítulo 1).

● ●

Pela primeira vez na região, menos da metade dos trabalhadores rurais estão empregados no setor agropecuário, representando uma queda de 10 pontos percentuais desde 2003

O painel A do gráfico 7.7 analisa a população economicamente ativa com idades entre 25 e 54 anos e revela que, nas últimas duas décadas, a ALC experimentou uma diminuição sustentada do emprego no setor agropecuário, enquanto o setor de serviços absorveu uma proporção crescente de trabalhadores. Pela primeira vez na região, menos da metade dos trabalhadores rurais estão empregados no setor agropecuário, o que representa uma queda de 10 pontos

292.

Raízes do futuro

O novo mundo rural da América Latina e do Caribe



Produção de tequila no México.

percentuais desde 2003¹². Essa mudança transformou profundamente a estrutura do emprego nas áreas rurais, onde as atividades agrícolas concentravam historicamente a maioria dos postos de trabalho. Em contrapartida, as áreas urbanas não apresentam

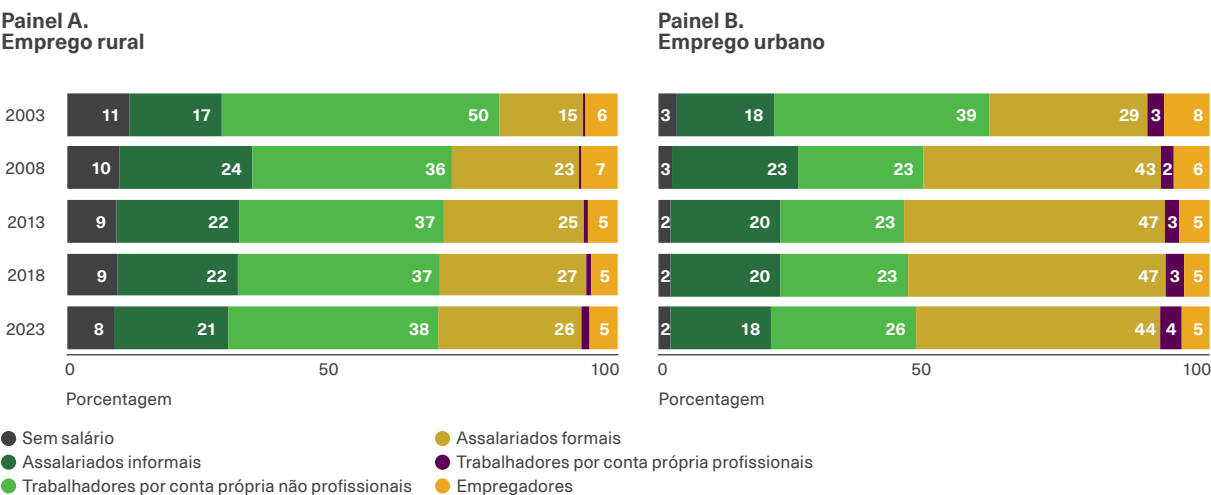
mudanças de igual magnitude, precisamente porque a transição para uma economia de serviços ocorreu lá muito antes e seus mercados de trabalho já apresentavam uma estrutura diversificada.

Relações de trabalho e queda da informalidade

Paralelamente às mudanças na estrutura setorial do emprego, a organização do trabalho no meio rural também passou por transformações. Nas últimas duas décadas, observa-se uma certa redução das formas de ocupação predominantemente informais, como o trabalho por conta própria de baixa

qualificação, o emprego assalariado não registrado e o não remunerado, e uma expansão de modalidades mais estáveis e regulamentadas, como o trabalho assalariado registrado (Jensen, 2022; La Porta e Shleifer, 2008, 2014; Schoar, 2010).

Gráfico 7.8
Evolução das relações de trabalho. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos. Os totais podem diferir ligeiramente de 100% devido ao arredondamento.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

12 Existem heterogeneidades significativas entre os países que respondem tanto ao grau de desenvolvimento quanto a fatores idiossincráticos. Quando o foco se restringe ao emprego rural, observa-se uma correlação negativa com o PIB per capita (vide gráfico A.7.3 no apêndice deste capítulo, disponível na edição on-line do RED).

Nas áreas rurais da ALC, a proporção de assalariados cresceu de forma sustentada, passando de 32% em 2003 para 47% em 2023 (vide painel A do gráfico 7.8), impulsionada sobretudo pelo aumento do emprego assalariado registrado ou formal. Em contrapartida, a participação do trabalho por conta própria de baixa qualificação (de 50% para 38%) e do emprego não remunerado (de 11% para 8%) diminuiu, sendo este último representado principalmente por trabalhadores familiares que, como discutido na seção a seguir, são principalmente mulheres. Em conjunto, essas mudanças refletem uma redução da informalidade do trabalho rural de 11 pontos percentuais, passando de 78% em 2003 para 67% em 2023. A maior parte dessa redução ocorreu na primeira década (2003-2013), enquanto nos anos seguintes houve uma tendência de desaceleração e até mesmo estagnação. O painel B do gráfico 7.8 mostra uma evolução semelhante nas áreas urbanas, onde a informalidade no trabalho passou de 60% em 2003 para 47% em 2023.

Como mostra o painel A do gráfico 7.9, a informalidade rural diminuiu ao longo do período na maioria dos países, embora com magnitudes heterogêneas e sem um padrão uniforme. Em alguns casos, observa-se até mesmo uma reversão parcial da tendência, provavelmente ligada aos efeitos da pandemia da COVID-19. É o caso do Panamá e do Uruguai, onde a diminuição sustentada até 2018 se reverteu no quinquênio seguinte. O painel B do mesmo gráfico também revela que a incidência da informalidade é substancialmente maior no setor agropecuário do que nas demais atividades rurais, um padrão que se repete consistentemente em quase todos os países. Assim, a queda da informalidade no mundo rural está, pelo menos em parte, associada à mudança estrutural, na medida em que a transição de trabalhadores do setor agropecuário para setores não agropecuários parece contribuir para a formalização.

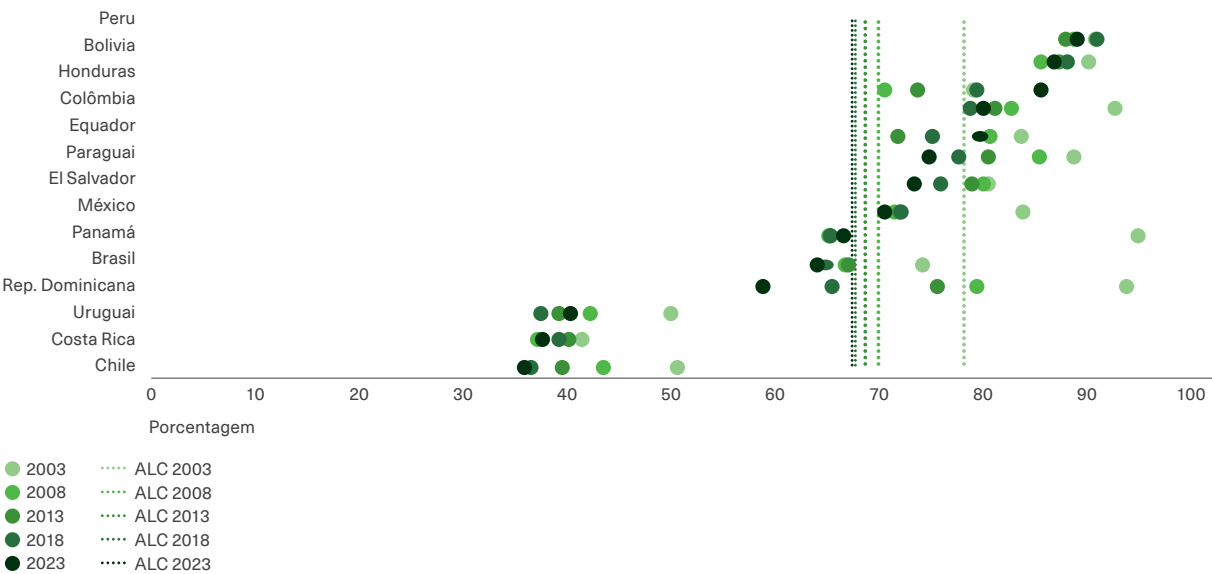


A informalidade no trabalho continua significativamente maior nas áreas rurais, onde atinge 67%, frente a 47% nas áreas urbanas

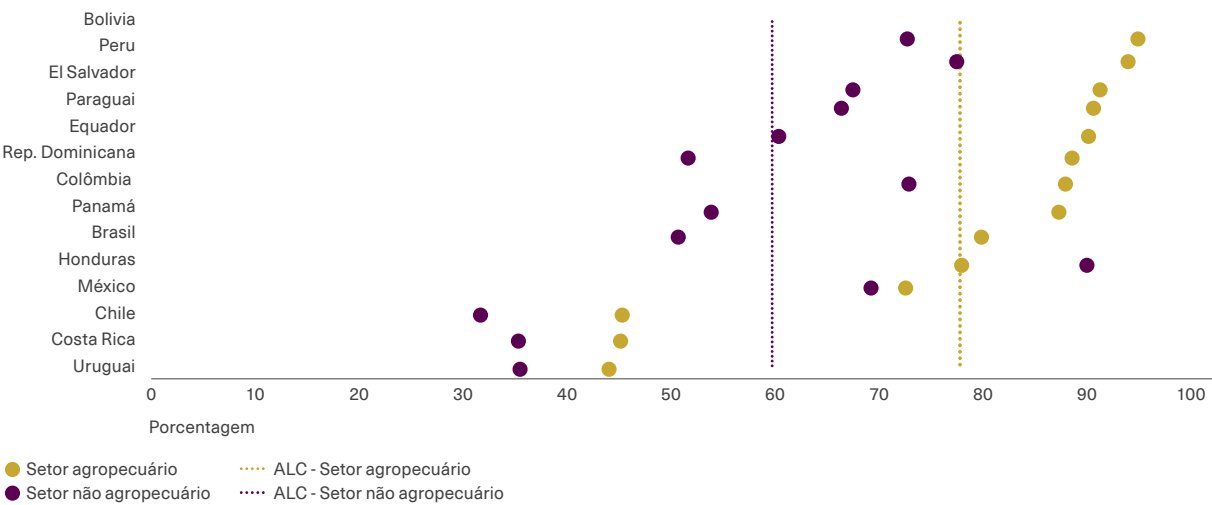
Apesar desses avanços, a informalidade no trabalho continua sendo significativamente maior nas áreas rurais: em 2023, atingiu, em média, 67%, 20 pontos percentuais acima das áreas urbanas (47%). Essa persistência reflete barreiras estruturais que limitam o acesso ao emprego formal para uma parte substancial da população rural (Ulyssea, 2020). A alta informalidade restringe o acesso à proteção social vinculada ao emprego registrado (também chamada de proteção social contributiva) e aos mecanismos de estabilidade no trabalho (Fields, 2004; Gasparini e Tornarolli, 2009; Maloney, 2004; Tornarolli et al., 2014), perpetuando a vulnerabilidade. A situação é ainda mais crítica entre os jovens (15 a 24 anos) e maiores de 55 anos em áreas rurais, cujas taxas de informalidade chegam a 77%, cerca de 10 pontos percentuais a mais do que para o grupo de 25 a 54 anos.

Gráfico 7.9
Informalidade do trabalho rural em países da América Latina e do Caribe

Painel A.
Evolução da informalidade 2003-2023



Painel B.
Informalidade do setor agropecuário em comparação com outros setores, 2023



Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos. A taxa de informalidade resulta da soma de trabalhadores assalariados informais, trabalhadores por conta própria não profissionais e trabalhadores sem salário.

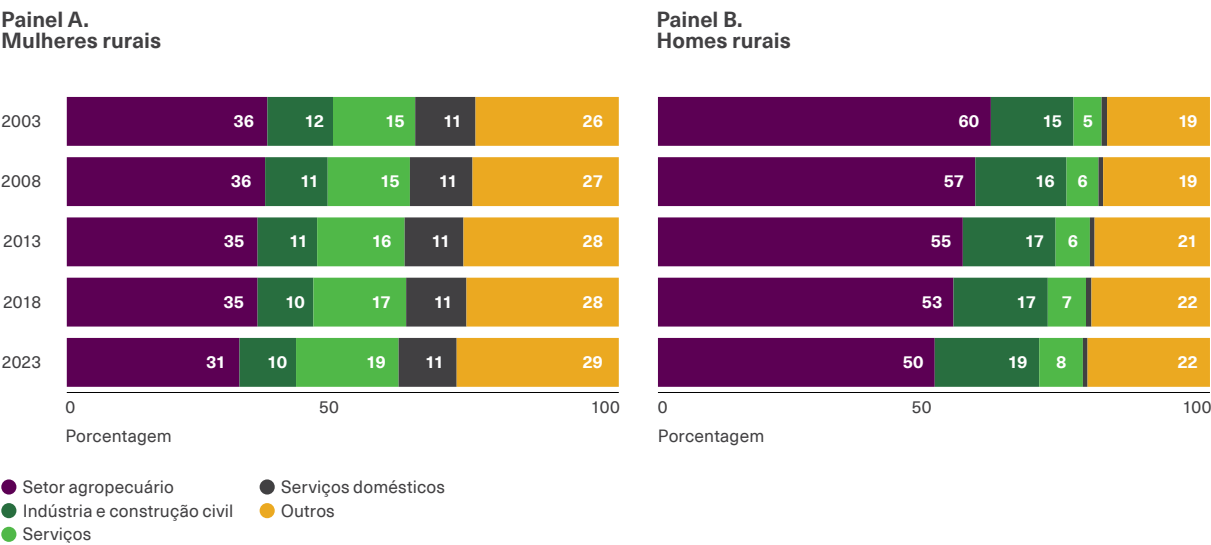
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Disparidades de gênero nos mercados de trabalho rurais

O processo de mudança estrutural nos países da ALC está afetando a situação de trabalho das mulheres rurais em relação aos homens (Marchionni et al., 2025). O gráfico 7.10 mostra que a participação tanto de homens quanto de mulheres no setor agropecuário vem diminuindo na região. As mulheres migraram principalmente para o setor de serviços (painel A), transição que poderia estar associada a uma maior

compatibilidade entre as atividades do setor terciário e as responsabilidades domésticas, bem como à expansão de empregos tradicionalmente feminizados, como os de educação, saúde e comércio. Os homens rurais também migraram para os serviços, mas especialmente para a indústria e a construção civil (painel B).

Gráfico 7.10
Evolução da estrutura setorial do emprego rural por gênero. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos. A categoria "setor agropecuário" inclui agricultura, pecuária, caça e silvicultura; "serviços" inclui serviços profissionais, saúde e educação; "outros" inclui pesca, exploração de minas e pedreiras, comércio, transporte e administração. Os setores primários da pesca e exploração de minas e pedreiras representam uma fração muito baixa do emprego rural (1,6%) e, por isso, estão incluídos na categoria "outros". Os totais podem diferir ligeiramente de 100% devido ao arredondamento.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Essas mudanças também foram acompanhadas por transformações na forma de inserção no mercado de trabalho, como ilustra o gráfico 7.11. Entre 2003 e 2023, o emprego assalariado formal aumentou e o trabalho familiar não remunerado entre as mulheres diminuiu, bem como o trabalho por conta própria entre os homens. Embora essas mudanças impliquem

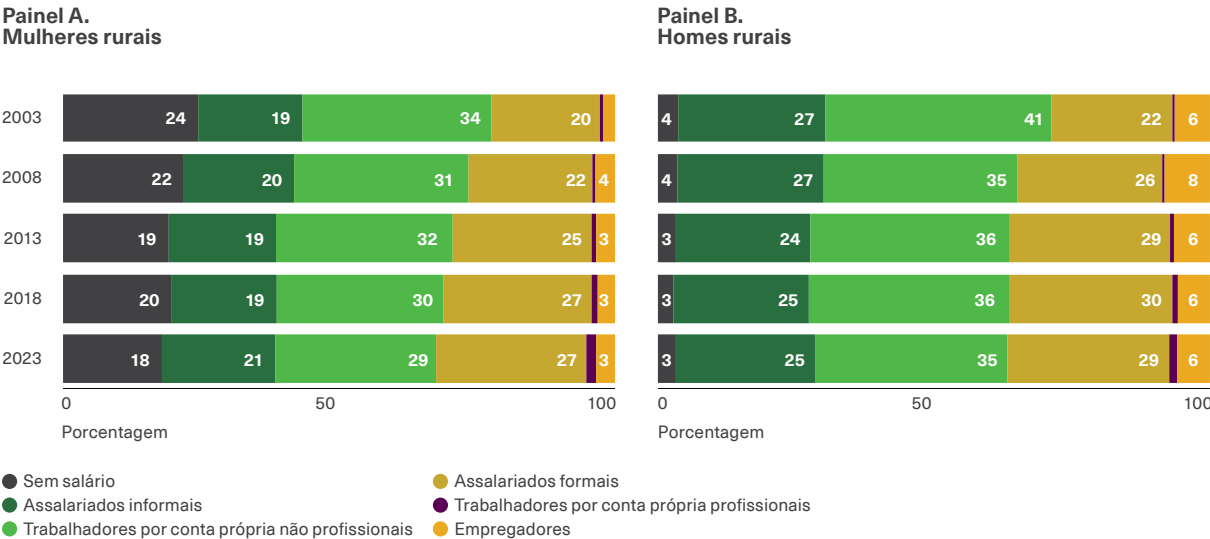
uma certa queda na participação de arranjos de trabalhos informais (que incluem emprego assalariado não registrado, trabalho por conta própria de baixa qualificação e emprego não remunerado), a informalidade do trabalho no mundo rural continua sendo muito alta: em 2023, 68% das mulheres e 63% dos homens nessas áreas continuavam ocupando

empregos informais. Como argumentam Marchionni et al. (2025), essa aparente paridade esconde uma profunda desigualdade no tipo de inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres: o emprego não remunerado representa 18% das ocupações femininas no mundo rural, frente a apenas 3% das masculinas.

As evidências mostram que a maternidade é um dos principais fatores determinantes das disparidades de gênero no mercado de trabalho da ALC (Berniell et al., 2021, 2023; Marchionni e Pedrazzi, 2025). Em ambientes rurais, esse padrão adquire características específicas. Marchionni et al. (2025) documentam que o nascimento do primeiro filho reduz significativamente a oferta de mão de obra feminina, tanto em termos de participação quanto de

horas trabalhadas. Além disso, a maternidade induz uma realocação para ocupações mais precárias, em particular no setor primário e no emprego informal, como ilustra o gráfico 7.12. Neste último caso, as três modalidades de informalidade aumentam, isto é, trabalho assalariado não registrado, trabalho por conta própria e trabalho não remunerado, sendo esta última modalidade a que mais cresce nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas (painel B). Antes da maternidade, 23% das mulheres rurais empregadas já trabalhavam sem remuneração, frente a apenas 3% nas áreas urbanas, e essa proporção aumenta após o nascimento do primeiro filho. Esse mecanismo limita a capacidade das mulheres rurais de aproveitar plenamente as oportunidades geradas pela mudança estrutural, aprofundando as desigualdades pré-existent.

Gráfico 7.11
Evolução das relações de trabalho por gênero. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023

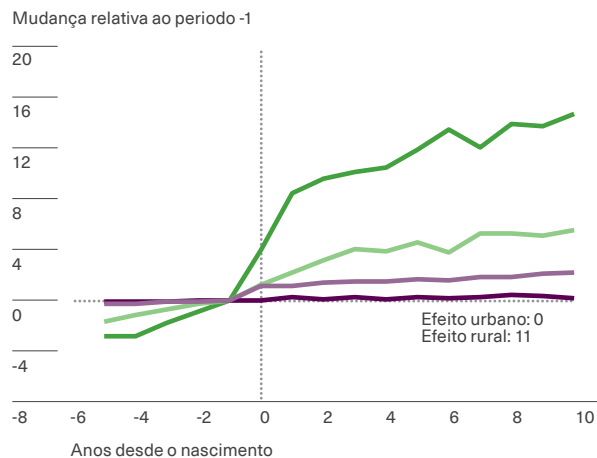


Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos. Os totais podem diferir ligeiramente de 100% devido ao arredondamento.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

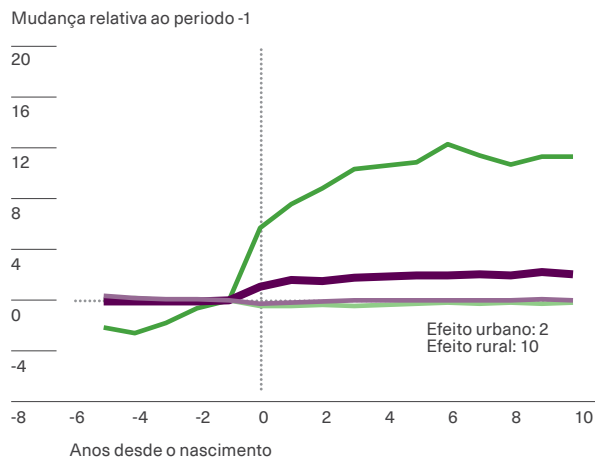
Gráfico 7.12

Efeito do primeiro filho sobre a probabilidade de diferentes tipos de emprego em áreas rurais e urbanas da América Latina e do Caribe

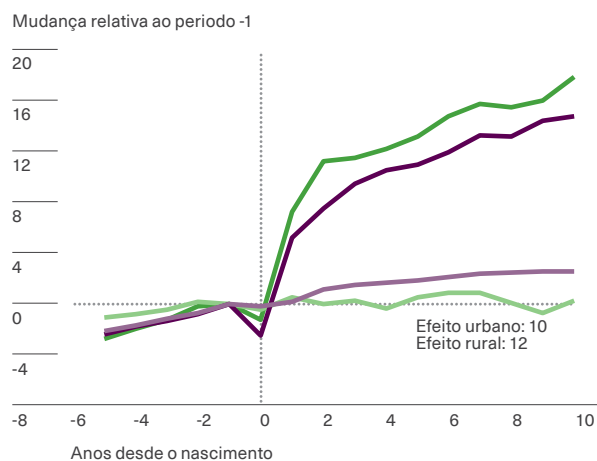
Painel A.
Emprego no setor primário



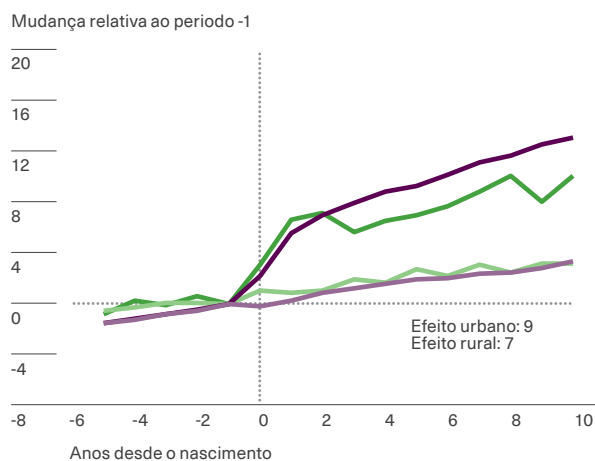
Painel B.
Emprego não remunerado



Painel C.
Emprego assalariado não registrado



Painel D.
Trabalhador por conta própria não profissional



— Mulher rural
— Homem rural
— Mulher urbana
— Homem urbano

Nota: As linhas mostram a variação (medida em pontos percentuais) de cada um dos indicadores ao longo do tempo em relação ao período base (correspondente ao ano anterior ao nascimento do primeiro filho). A categoria "setor primário" inclui agricultura, pecuária, caça, silvicultura, pesca e mineração.

Fonte: Marchionni et al. (2025, Figura 8).



Persiste uma acentuada desigualdade de gênero no tipo de inserção no mercado de trabalho: 18% das trabalhadoras rurais não recebem remuneração, frente a 3% dos homens. A maternidade aumenta essa disparidade

Com base em dados sobre o uso do tempo no México, Marchionni et al. (2025) fornecem evidências complementares que mostram como a carga doméstica limita a autonomia econômica das mulheres rurais. Embora as demandas por cuidado infantil sejam altas,

a disparidade rural-urbana nesse aspecto é reduzida. Em contrapartida, as mães rurais dedicam muito mais tempo do que seus pares urbanos às tarefas domésticas, à produção para autoconsumo e a atividades como a coleta de água. Essas responsabilidades, juntamente com o menor acesso a tecnologias que economizam trabalho e a serviços domésticos externos, restringem o tempo disponível para o emprego remunerado. Isso sugere que a persistência das disparidades entre as áreas rurais e urbanas no emprego feminino responde não apenas à segmentação do trabalho, mas também às cargas desiguais de tempo dentro do lar, que continuam recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres rurais.

Remunerações no mundo rural

A renda do trabalho por hora tem apresentado uma tendência ascendente na região. Nas áreas rurais, o salário médio cresceu 44% nas últimas duas décadas. Apesar desses avanços, a disparidade rural-urbana persiste: em 2023, os salários rurais eram, em média, 34% inferiores aos urbanos. Essa disparidade salarial pode ser explicada tanto por fatores de oferta (características dos trabalhadores) quanto de demanda de trabalho (características das empresas). O gráfico 7.13 permite visualizar o papel dos diferentes fatores.

Do lado das empresas, as disparidades salariais podem surgir devido à maior presença de setores de baixa produtividade nas áreas rurais, especialmente em unidades de pequena escala no setor agropecuário (Loayza e Rigolini, 2016). De fato, o salário por hora, que inclui tanto remunerações monetárias quanto não monetárias e contempla tanto o emprego assalariado quanto o trabalho por conta própria, mostra claras diferenças segundo o tipo de trabalhador: os urbanos não agropecuários recebem a renda mais alta, com um salário médio por hora de US\$ 6; são seguidos pelos trabalhadores rurais não agropecuários (US\$ 4,8), os urbanos agropecuários (US\$ 3,6) e, por fim, os rurais agropecuários, com uma renda média de apenas US\$ 3,3. Essa classificação reflete a existência de uma dupla penalidade salarial associada ao trabalho no setor agropecuário e à residência em áreas rurais. A disparidade salarial entre os extremos é

substancial: os trabalhadores rurais do setor agropecuário ganham, em média, 46% menos por hora do que os trabalhadores urbanos não agropecuários (barra 2 do gráfico 7.13).

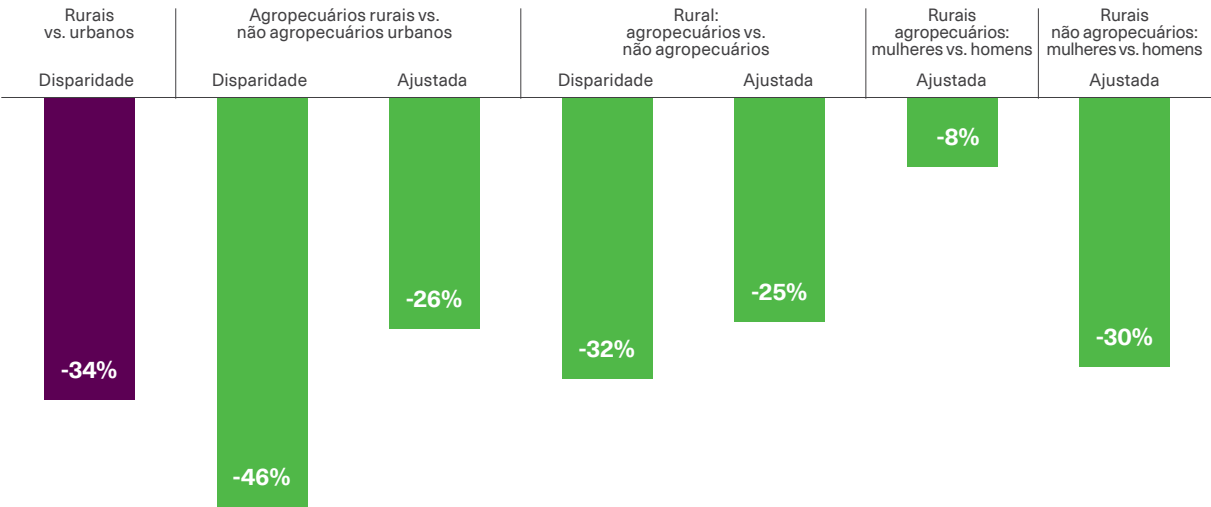
Essas disparidades salariais também refletem fatores do lado da oferta de trabalho. Por exemplo, conforme documentado no capítulo 6, as áreas rurais apresentam um atraso em termos de capital humano em relação às áreas urbanas. Consistentemente, as disparidades salariais se reduzem quando as características dos trabalhadores, como idade, sexo e escolaridade, permanecem constantes. De fato, a disparidade salarial entre os trabalhadores rurais do setor agropecuário e os trabalhadores urbanos não agropecuários passa de 46% para 26% (barras 2 e 3 do gráfico 7.13), o que confirma que uma parte importante dessa desvantagem responde a diferenças nas características observáveis dos trabalhadores. Em contrapartida, a diferença salarial entre trabalhadores do setor agropecuário e não agropecuário no mundo rural apenas se reduz após o controle das características dos trabalhadores, passando de 32% para 25% (barras 4 e 5 do gráfico 7.13). Da mesma forma, as mulheres do setor agropecuário rural ganham 8% menos por hora que seus pares homens, enquanto a disparidade salarial chega a 30% entre trabalhadoras e trabalhadores rurais fora do setor agropecuário (barras 6 e 7 do gráfico 7.13)¹³.

13 Para as estimativas das equações de Mincer, os indivíduos sem salário são excluídos da amostra. Portanto, a disparidade salarial entre mulheres e homens rurais, especialmente no setor agropecuário (barra seis do gráfico 7.13), esconde uma desigualdade maior discutida anteriormente: a alta incidência de emprego não remunerado entre as trabalhadoras agrícolas.



Programa de Formação de formadoras voltado para mulheres mineradoras, patrocinado pelo CAF na Bolívia.

Gráfico 7.13
Disparidades salariais. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: As disparidades são calculadas a partir da estimativa das equações de Mincer para indivíduos de 25 a 54 anos, onde a variável dependente é o logaritmo do salário-hora. O modelo básico inclui apenas um indicador de ruralidade e permite calcular a disparidade rural-urbana não condicionada (barra 1). Indicadores do setor produtivo (setor agropecuário frente ao setor não agropecuário) e sua interação com a ruralidade são então adicionados, o que permite obter as disparidades entre trabalhadores rurais agropecuários e urbanos não agropecuários (barra 2) e entre trabalhadores rurais agropecuários e trabalhadores rurais não agropecuários (barra 4). Para calcular as disparidades condicionadas (barras 3 e 5), são adicionados controles por escolaridade, idade e gênero. Por fim, um terceiro modelo é estimado apenas para a amostra de trabalhadores rurais, que além da variável binária do setor agropecuário inclui um indicador de gênero e sua interação com o setor (além de controles por escolaridade e idade). A partir deste último modelo, são obtidas as disparidades de gênero (barras 6 e 7).

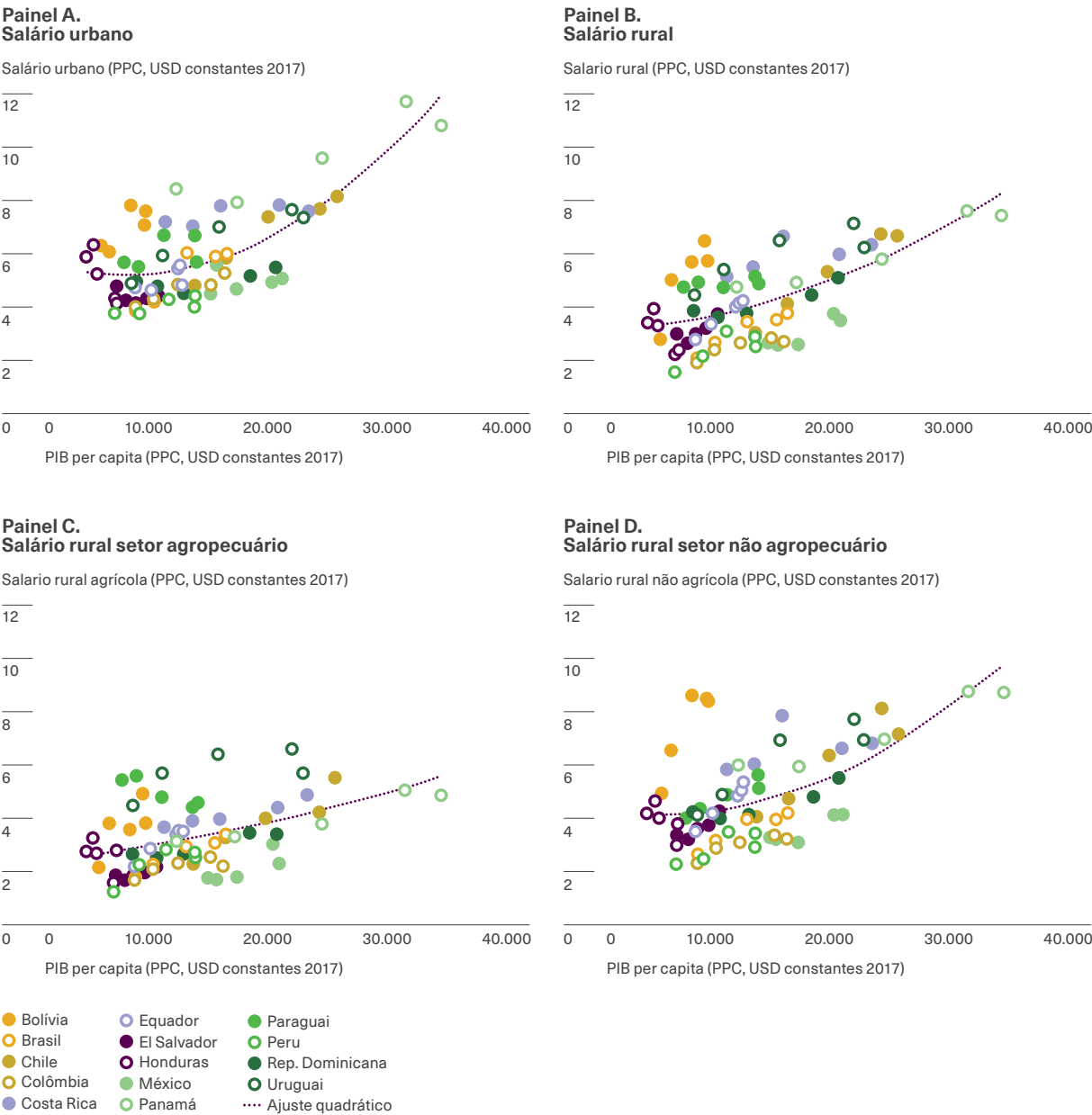
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

As médias do gráfico 7.13 escondem heterogeneidades significativas entre os países. O gráfico 7.14 mostra a associação entre o PIB per capita (como aproximação do grau de desenvolvimento e do avanço do processo de mudança estrutural) e o salário médio tanto nas áreas urbanas (painel A) quanto nas rurais (painel B) de cada país. Também é mostrada a relação entre o PIB per capita e o salário médio rural agropecuário (painel C) e rural não agropecuário (painel D). Para cada país, são apresentados vários anos, o que também permite uma análise temporal. Observa-se que os salários-hora seguem um padrão crescente em relação ao PIB per capita, que se torna mais pronunciado à medida que aumenta o nível de desenvolvimento. Essa relação positiva e convexa, menos acentuada nas áreas rurais (painel B) e, em particular, no setor agropecuário (painel C), pode estar associada a menores retornos ao capital humano (vide quadro 7.3), embora a influência de outros mecanismos não possa ser descartada. Por exemplo, uma literatura recente enfatiza que o poder das empresas na determinação dos salários aumenta com o grau de concentração do mercado

(Card, 2022; Manning, 2021). Esse mecanismo pode ser particularmente relevante à medida que o setor agropecuário se transforma no processo de desenvolvimento, pois, enquanto o trabalho por conta própria se reduz, o desenvolvimento tecnológico e a produção em grande escala impulsionam uma maior concentração em menos empresas, aumentando sua capacidade de fixação de salários. Nesse sentido, a transição do emprego agropecuário para formas mais assalariadas pode ser acompanhada por dinâmicas do mercado de trabalho que limitam a transferência da produtividade para os salários.

● ●
A transição do emprego agropecuário para formas mais assalariadas pode ser acompanhada por dinâmicas do mercado de trabalho que limitam a transferência da produtividade para os salários

Gráfico 7.14
Relação entre salários e PIB per capita em países da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025) e Banco Mundial (2025h).

Quadro 7.3

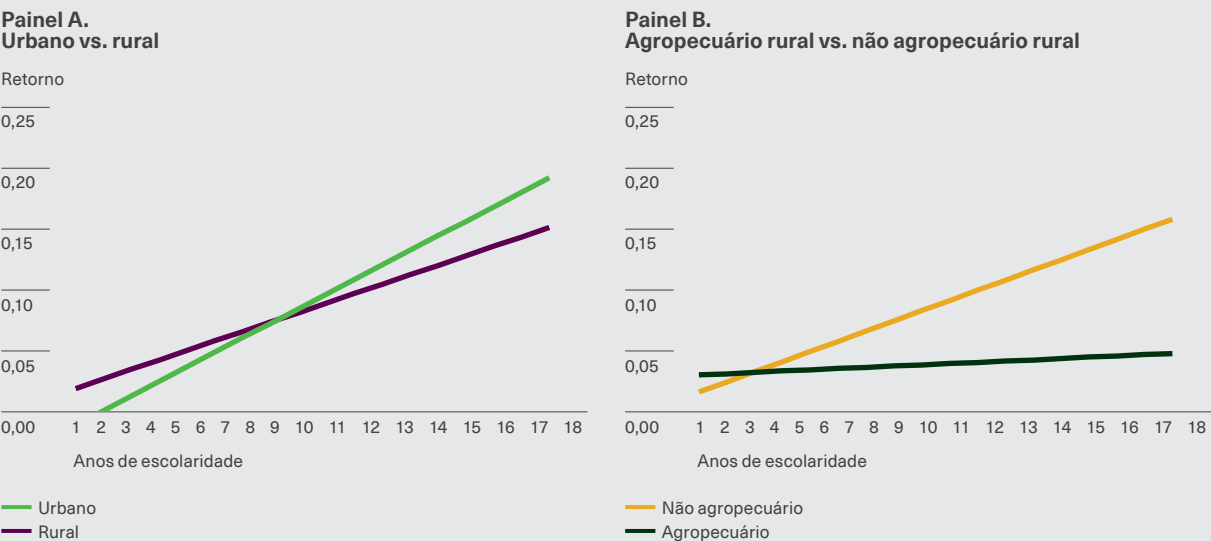
O papel dos retornos à escolaridade

O capital humano modera alguns dos contrastes entre os mercados de trabalho rural e urbano. Por exemplo, em 2023, a participação no trabalho rural superava em quase 6 pontos percentuais a urbana entre as pessoas com baixo nível de escolaridade, mas a diferença reduzia-se a pouco menos de 2 pontos entre aqueles com ensino superior completo. Algo semelhante ocorre com a informalidade: nas áreas rurais, ela cai de 77% para 13% ao passar dos menos para os mais escolarizados, e a disparidade rural-urbana diminui de 9 para 2 pontos percentuais.

No entanto, quando se trata de remunerações, o capital humano, longe de reduzir as diferenças, tende a aumentá-las. O gráfico 1 ilustra que os retornos à escolaridade aumentam mais rapidamente nas áreas urbanas do que nas rurais, de modo que a disparidade de renda entre os dois territórios aumenta à medida que o nível educacional aumenta. Dentro das áreas rurais, a divergência provém do setor agropecuário: lá, os retornos são praticamente constantes e permanecem baixos mesmo entre aqueles com altos níveis educacionais, enquanto crescem com mais força no setor não agropecuário. Isso sugere que os mercados urbanos e os setores rurais não agropecuários concentram atividades de maior produtividade e com maior capacidade de absorver e re-compensar o capital humano. Em contrapartida, no setor agropecuário, mesmo quando as limitações estruturais restringem as possibilidades de valorizar a escolaridade formal, outros fatores, como o poder de mercado dos empregadores, também podem contribuir para explicar os baixos retornos observados.

Gráfico 1

Retornos aos anos de escolaridade. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: Resultados de regressões estimadas para indivíduos entre 25 e 54 anos, onde o logaritmo do salário é explicado pelos anos de escolaridade e seus termos quadráticos, juntamente com controles de idade e gênero. No painel A, o modelo inclui um indicador de área rural e suas interações com a escolaridade e a escolaridade ao quadrado. No painel B, a amostra é restrita a trabalhadores rurais e o modelo incorpora um indicador de pertencimento ao setor agropecuário, juntamente com as interações correspondentes.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

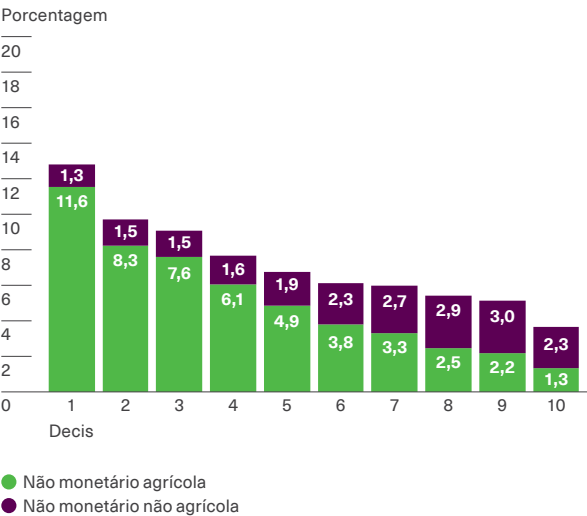
Renda não monetária do trabalho

Nas famílias rurais da ALC, a renda não monetária, como o autoconsumo e as remunerações em bens e serviços, constitui uma fonte relevante de recursos, especialmente entre as famílias vinculadas à agricultura¹⁴. Como se observa no painel A do gráfico 7.3, representam, em média, 4% da renda total das

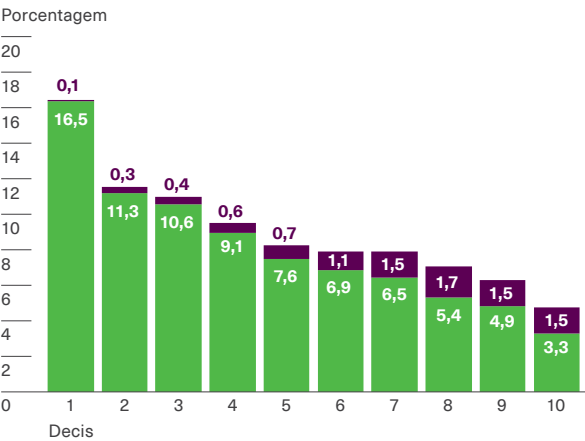
famílias rurais (frente a 2% nos domicílios urbanos), com valores mais altos nas famílias agrícolas e agrícolas independentes (6% em ambos os casos). Seu peso relativo é maior entre as famílias dos decis de renda mais baixos, especialmente quando medido em relação à renda do trabalho¹⁵.

Gráfico 7.15
Peso da renda de trabalho não monetária nas rendas de trabalhos por decil. Média da América Latina e do Caribe, 2023

Painel A.
Famílias rurais



Painel B.
Famílias rurais agrícolas



Nota: A desagregação corresponde a decis da renda total das famílias calculados em nível nacional. Considerando a média dos 14 países, os quatro primeiros decis incluem 53% das famílias rurais, enquanto os quatro últimos decis incluem apenas 26%. As famílias agrícolas são aquelas cujo chefe ou cônjuge têm sua ocupação principal no setor agropecuário. A renda não monetária inclui o valor do autoconsumo e as remunerações em bens e serviços.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

14 As pesquisas domiciliares e a base CEDLAS (2025) fazem um esforço sistemático para imputar a renda não monetária. A medição dessa renda, provém de diferentes tipos de relação de trabalho (empregador, assalariado, trabalhador por conta própria ou outras formas de emprego). No entanto, as estimativas atuais podem estar ligeiramente subestimadas, uma vez que em alguns países não são capturadas de forma abrangente.

15 O gráfico 7.A.4 no apêndice deste capítulo, disponível na edição on-line do RED, mostra a heterogeneidade existente na ALC em termos do peso relativo da renda não monetária nas famílias mais vulneráveis. Observa-se que o Peru e o Equador são os países onde esse tipo de renda é uma fonte central de renda das famílias rurais mais pobres, muito mais alta do que na região restante.

O gráfico 7.15 mostra a participação da renda não monetária na renda do trabalho por decil de renda familiar. Nas famílias rurais, essa participação atinge 13% e 9% nos decis 1 e 2, respectivamente (painel A), enquanto nas famílias rurais agrícolas sobe para 17% e 11% nos mesmos decis (painel B). Os componentes não monetários de origem agrícola predominam sobre os não agrícolas, exceto nos decis superiores de renda (painel A). No caso das famílias rurais agrícolas (painel b), a importância dos componentes agrícolas permanece elevada em todos os decis. A base CEDLAS (2025) não distingue entre autoconsumo e pagamento em bens e serviços dentro da renda não monetária. No entanto, a análise da Pesquisa Nacional de Famílias (ENAH, na sigla em espanhol) do Peru e da Pesquisa Nacional de Renda e Despesas das Famílias (ENIGH) do México mostra que o autoconsumo é o principal

componente, representando cerca de 85% desse tipo de renda em ambos os países. Esses dados mostram que muitas famílias rurais vulneráveis e, dentro delas, particularmente as mulheres (Marchionni et al., 2025), dedicam uma parte significativa de seu tempo à produção de subsistência.



Nas famílias rurais mais vulneráveis, a produção para autoconsumo ocupa uma parte importante do tempo e contribui com cerca de 15% da renda do trabalho das famílias agrícolas mais pobres

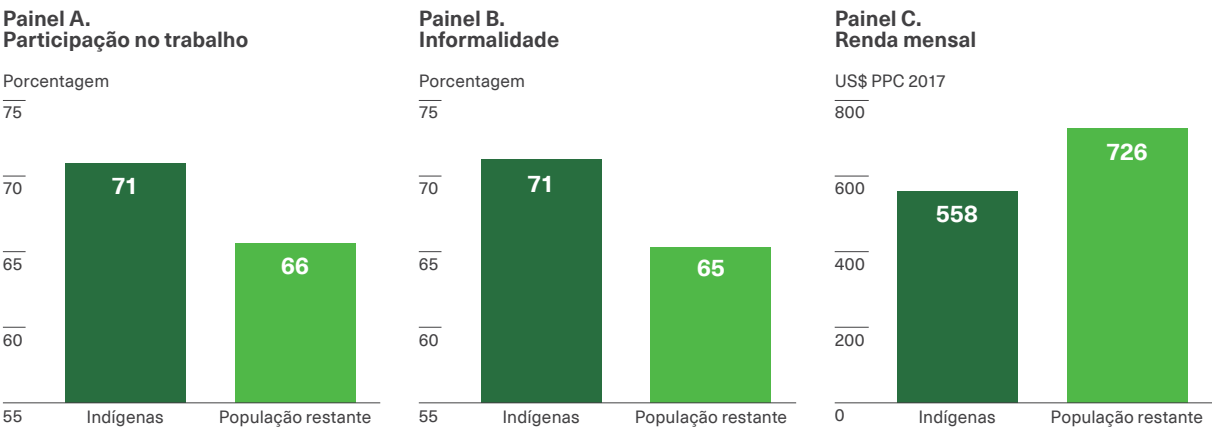
Emprego e renda da população indígena rural

A população indígena constitui um grupo de especial relevância nas áreas rurais, uma vez que, como mostrado no capítulo 6, está sobrerrepresentada nesses territórios. Além disso, trata-se de uma população particularmente vulnerável, com taxas de pobreza e privação mais elevadas do que na população rural restante, o que se explica, em parte, por sua inserção mais limitada e precária no mercado de trabalho.

Em 2023, as taxas de participação da população indígena no mercado de trabalho superaram as da população rural restante (painel A do gráfico 7.16). Essa vantagem em termos de inserção, no entanto, não se traduz em melhores oportunidades: 71% da população indígena rural entre 25 e 54 anos trabalha em condições informais, 6 pontos percentuais acima da incidência da informalidade para a população rural restante (65%) (painel B). Essa sobrerrepresentação em empregos informais reflete tanto lacunas no capital humano quanto barreiras estruturais, além de formas persistentes de discriminação nos mercados de trabalho (De la Mata et al., 2022). A desvantagem se confirma ao considerar a renda: como mostra o painel C do gráfico 7.16, os trabalhadores rurais indígenas recebem, em média, renda mensal consideravelmente inferior à dos trabalhadores rurais não indígenas.

A acentuada desvantagem da população indígena rural em termos de qualidade de emprego e renda está intimamente ligada à sua maior dependência da agricultura e da produção para autoconsumo. O caso do Peru ilustra bem esse ponto. De acordo com a ENAH 2024, 55% das famílias rurais se identificam como indígenas (seja chefe ou cônjuge). Entre elas, 91% são agrícolas e 86% destas correspondem a famílias agrícolas independentes. Em contrapartida, entre as famílias rurais não indígenas, 87% são agrícolas e 75% são agrícolas independentes. As famílias indígenas que se dedicam de forma independente à agricultura administram, em média, extensões de terra maiores do que seus pares não indígenas (8,13 hectares frente a 2,75), embora com menor frequência sejam proprietárias ou arrendatárias. Além disso, elas demonstram uma maior dependência do autoconsumo, que representa 18% de sua renda total, frente a 16% nas famílias não indígenas. Embora essa produção garanta uma base mínima de subsistência, ela também aumenta a vulnerabilidade dessas famílias a choques de produção e climáticos, reforçando as desvantagens já apontadas em termos de renda.

Gráfico 7.16
Indicadores de trabalho da população indígena em áreas rurais. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: Média simples calculada para seis países: Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Uruguai. O grupo de comparação corresponde a brancos e mestiços, entre outros, mas não inclui afro-americanos. Os indicadores são calculados para a população entre 25 e 54 anos. A renda é estimada em dólares em paridade de poder de compra (PPC).
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Políticas públicas para o emprego e a proteção social no mundo rural

Embora a pobreza rural tenha diminuído nas últimas duas décadas, a vulnerabilidade das famílias, especialmente as agrícolas e independentes, continua elevada. A informalidade no trabalho, a baixa diversificação das fontes de renda e as disparidades de

gênero e etnia persistem. Diante desse contexto, as políticas públicas devem se concentrar na redução da vulnerabilidade e na promoção da inclusão social e produtiva abrangente.

Políticas de proteção social

Transferências de renda

O fortalecimento das políticas de proteção de renda é uma prioridade para melhorar as condições das famílias rurais. Nas últimas três décadas, as

políticas de sustentação da renda se expandiram e se consolidaram na ALC, tornando-se um componente central dos sistemas de proteção social (Álvarez et al., 2025; Cecchini e Atuesta, 2017; Stampini et al., 2025).



Pesca artesanal em Monteverde, Equador.

Uma das principais ferramentas são os programas de transferência condicionada, atualmente em vigor em 19 países da região (CEPAL, 2025a). As condicionalidades geralmente estão ligadas à frequência escolar e aos controles de saúde e, ao promoverem a acumulação de capital humano em crianças e jovens, buscam romper com os mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza (De la Mata et al., 2022).



Embora as transferências de renda possam desestimular a participação no trabalho, as evidências mostram que seus efeitos são mínimos ou até vão na direção contrária em ambientes rurais

Entre 2003 e 2023, as transferências estatais, incluindo as transferências condicionadas de renda, passaram a representar, em média, 1,3% a 4,3% da renda total das famílias rurais na região¹⁶. O crescimento mais acelerado ocorreu entre 2003 e 2013. Como esperado, a importância relativa dessas transferências é maior nos decis mais baixos, atingindo 24% nas famílias do decil 1 e 14% nas do decil 2, conforme mostrado no painel A do gráfico 7.5. Um exercício contrafactual comparando a taxa de pobreza observada com a taxa de pobreza hipotética resultante da subtração da renda familiar obtida por transferências do Estado mostra que a taxa de pobreza nas áreas rurais teria sido 3,3 pontos percentuais maior do que a observada na ausência dessas transferências¹⁷.

Amplas evidências para a região, baseadas em avaliações de impacto, mostram a relevância das transferências condicionadas para reduzir a vulnerabilidade rural estrutural, melhorando a educação

e a saúde infantil (Barham et al., 2024; Cecchini et al., 2021; Laguinde et al., 2025; Millán et al., 2019; Parker e Vogl, 2023; Stampini et al., 2025). Um efeito indesejado desse tipo de política é o desincentivo à participação no mercado de trabalho e ao trabalho formal. No entanto, as evidências para os países em desenvolvimento mostram, em sua maioria, impactos pouco significativos sobre a oferta de trabalho (Banerjee et al., 2017). Diversos estudos em ambientes rurais da América Latina e do Caribe confirmam essa conclusão. Em alguns casos, os efeitos vão na direção oposta. Por exemplo, Vera-Cossio (2022) mostra que o recebimento do bônus Juancito Pinto na Bolívia aumentou a participação do chefe da família e do cônjuge no trabalho. Outros efeitos positivos documentados no México incluem o incentivo a investimentos produtivos de famílias rurais (Gertler et al., 2012) e uma maior inclusão financeira (Masino e Niño-Zarazúa, 2020).

Pensões não contributivas

Outro componente das políticas de sustentação de renda são as pensões não contributivas. Uma proporção significativa da população chega à velhice sem cumprir os requisitos para ter acesso a uma pensão contributiva, o que as deixa em situação de vulnerabilidade econômica (Álvarez et al., 2020). Esse problema afeta especialmente mulheres e povos indígenas, devido à sua menor inserção no emprego formal, como visto acima. Um exercício contrafactual comparando a taxa de pobreza observada com a taxa de pobreza hipotética resultante da subtração da renda familiar da renda obtida por pensões não contributivas, mostra que estas também desempenham um papel relevante na redução da pobreza rural: se esse componente da renda fosse

16 As transferências estatais incluem transferências condicionadas, em bens e serviços e outras transferências sociais correntes não contributivas (como benefícios familiares e subsídios de desemprego não contributivos) e excluem pensões.

17 Este exercício é meramente descritivo: pressupõe que o comportamento das famílias não é alterado pela eliminação da transferência, portanto, não deve ser interpretado como o efeito causal dos programas de transferência. O gráfico 7.A.5 e a tabela 7.A.1 do apêndice 7, disponível na edição on-line do RED, mostram esses resultados para a média da ALC e para cada país em áreas rurais e urbanas. A contribuição das transferências para a redução da pobreza rural no Brasil é alta tanto em termos absolutos (pontos percentuais) quanto relativos (variação percentual). No Chile e no Uruguai, embora as mudanças absolutas sejam baixas, em termos relativos apresentam uma variação significativa. Nos demais países, a contribuição varia de moderada (Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, República Dominicana) a baixa (Bolívia, El Salvador, Honduras, Paraguai e Peru). Em alguns países, a contribuição é menor do que nas áreas urbanas.

eliminado, a pobreza seria, em média, 2,5 pontos percentuais mais alta nas áreas rurais¹⁸.

Evidências das avaliações de impacto indicam que essas pensões melhoraram o bem-estar da população rural, reduzindo a pobreza extrema. No caso do México (Programa 70 y Más [Programa 70 e Mais]), Ávila Parra et al. (2024) mostram efeitos particularmente significativos em áreas rurais e entre a população indígena. Da mesma forma, estudos no Paraguai (Bando et al., 2020) e no México (Galiani et al., 2016) evidenciam melhorias na saúde dos idosos residentes em áreas rurais. Bottan et al. (2021) analisaram o papel de um programa de pensões não contributivas quase universal na Bolívia durante a pandemia da COVID-19. Seus resultados destacam o papel protetor dessas transferências, bem como sua eficácia no aumento da resiliência financeira e na redução da insegurança alimentar tanto em famílias pobres quanto em famílias vulneráveis.

Pensões não contributivas também permitem que os idosos se retirem, pelo menos parcialmente, das atividades produtivas. No México, Juárez e Pfitze (2015) constatam que as pensões para maiores de 70 anos reduziram a oferta de trabalho dos homens, mas não das mulheres. É importante ressaltar que o mesmo estudo mostra que essas transferências não desestimulam a oferta de trabalho da população em idade ativa que convive com os beneficiários e, além disso, favorecem que os jovens de 15 a 17 anos reduzam sua participação no trabalho, com o potencial de prolongar sua formação. Na Bolívia, Canelas e Niño-Zarazúa (2022) constatam que o programa *Renta Dignidad* não teve efeitos negativos na participação no trabalho dos adultos em famílias beneficiárias. Por fim, no Brasil, a expansão das pensões não contributivas para mulheres na década de 1990 gerou efeitos positivos na participação feminina no trabalho (Khanna et al., 2025).

Desafios para o fortalecimento das políticas de sustentação de renda

Ainda persistem desafios significativos em termos de cobertura, suficiência e focalização nas políticas de sustentação de renda. Há múltiplas razões pelas quais esses programas não conseguem abranger todas as famílias pobres (Banerjee et al., 2024). Muitos ainda não têm a escala necessária. Além disso, os mecanismos de focalização e seleção de beneficiários frequentemente apresentam limitações que resultam tanto na exclusão de famílias pobres quanto na inclusão de famílias não pobres. Por fim, determinadas famílias pobres são especialmente difíceis de alcançar devido a barreiras estruturais, como a distância geográfica, a falta de acesso a serviços básicos (necessários para atender aos requisitos de transferências condicionadas de renda), a desinformação ou a desconfiança em relação às instituições públicas (Robles et al., 2019). Essas barreiras estruturais parecem ser maiores para a população indígena, conforme documentado por Bauchet et al. (2018) no caso da Bolívia.

Por fim, há o desafio adicional do valor dos benefícios, que nem sempre permite sair da linha da pobreza, limitando assim o impacto das políticas públicas. Na ausência de uma proteção de renda suficiente e eficaz, as famílias rurais continuam dependendo fortemente de transferências privadas (remessas, apoio de familiares ou redes comunitárias), que constituem um pilar central de suas estratégias de subsistência, conforme analisado no quadro 7.4.

18 A tabela A.7.1 no apêndice deste capítulo, disponível na edição on-line do RED, mostra o mesmo exercício para cada país.

Quadro 7.4

Transferências privadas

As transferências privadas, especialmente as remessas, desempenham um papel importante nas economias da ALC, em particular para as famílias mais vulneráveis (Vacaflores, 2018). Segundo dados do CEDLAS (2025), essas transferências representam, em média, 16% da renda familiar nos três decis mais baixos da região, um valor ligeiramente inferior ao observado nas áreas urbanas (20%).

As transferências privadas atuam como mecanismos de autoproteção frente a choques, suprimindo a falta de proteção estatal e o acesso limitado ao crédito. No caso do México, Amuedo-Dorantes e Juárez (2015) mostram que o recebimento de pensões não contributivas substitui o de transferências privadas.

Essas transferências também contribuem para reduzir a vulnerabilidade, melhorar a educação e o acesso à saúde (Askarov e Doucouliagos, 2020; Edwards e Ureta, 2003) e influenciam a participação das famílias no mercado de trabalho e as decisões produtivas (Adams e Cuecuecha, 2010; Amuedo-Dorantes e Pozo, 2006).

Existe uma importante vinculação entre a inclusão financeira e o recebimento de transferências privadas. As barreiras à inclusão financeira das famílias rurais, documentadas no capítulo 8, podem limitar sua capacidade de receber esse tipo de recursos de familiares que migram para outras localidades ou países (FIDA e Banco Mundial, 2015).

Transferências em bens e serviços

No conjunto de políticas de sustentação de renda, as transferências em bens e serviços (por exemplo, a entrega direta de alimentos) oferecem certas vantagens em relação às transferências monetárias. Por um lado, contribuem para melhorar a nutrição, uma vez que as famílias tendem a consumir os produtos recebidos, o que aumenta a ingestão de calorias e micronutrientes (Cunha, 2014; Leroy et al., 2010). Por outro lado, podem gerar efeitos positivos nos mercados locais: em áreas remotas, reduzem os preços dos bens básicos para toda a população, não apenas para os beneficiários (Cunha et al., 2019). Isso ocorre porque, em contextos com pouco acesso ao mercado e baixa concorrência entre fornecedores, a provisão direta do Estado introduz concorrência, como mostram Michelson et al. (2012) e Jiménez Hernández e Seira (2022).

Políticas de proteção social produtivas

Uma visão mais ampla da proteção social sugere que, para que a população em situação de pobreza consiga superar essa condição, é necessário articular medidas de proteção com as estratégias de inclusão econômica. As experiências na região são diversas e seus resultados, heterogêneos.

Por um lado, há evidências encorajadoras sobre a eficácia dos programas de transferência de ativos produtivos, especialmente quando complementados por componentes facilitadores, como treinamento e suporte técnico. Esses programas têm mostrado impactos positivos, particularmente entre as mulheres (Bandiera et al., 2017; Banerjee et al., 2015, 2024). A literatura destaca que superar uma das principais restrições (acesso a ativos) constitui um passo decisivo para romper as armadilhas da pobreza.

Por outro lado, também foram impulsionados numerosos esforços para o empreendedorismo entre famílias rurais pobres. No entanto, as evidências sugerem cautela: os programas de desenvolvimento empresarial mostram resultados díspares e difíceis de generalizar. Por exemplo, Carter et al. (2019) encontram efeitos positivos do Programa de Desenvolvimento Rural da Nicarágua, embora significativamente menores entre as famílias mais pobres¹⁹. Isso indica que nem toda a população está em condições de empreender com sucesso, pois isso requer habilidades específicas que devem ser desenvolvidas ou previamente adquiridas (Sanguinetti et al., 2013). No setor agropecuário, uma concepção inadequada desses programas pode até mesmo reforçar problemas estruturais,

como a baixa produtividade e a pequena escala de muitas unidades, especialmente da economia familiar de subsistência (conforme analisado nos capítulos 2 e 3), e desestimular a transição para setores mais produtivos.



O empreendedorismo rural nem sempre é um caminho para a inclusão: seus resultados são desiguais e, sem uma concepção adequada, pode reforçar as desigualdades existentes

Regulamentações trabalhistas

A organização sindical e a negociação coletiva podem melhorar as condições de trabalho no meio rural, mas seu impacto tem sido limitado na prática. A dispersão geográfica, a subcontratação e a informalidade diluem a relação direta entre empregador e trabalhador, dificultando tanto a sindicalização quanto a negociação coletiva eficaz (Weller et. al, 2016).

Um caso notável é o Uruguai, onde houve avanços significativos na institucionalização da negociação coletiva rural. Diferentemente de outros países, a agricultura uruguaia teve uma expansão precoce do trabalho assalariado (Riella e Mascheroni, 2019). Em 2023, 51% do emprego agrícola era ocupado por assalariados e, destes, 90% estavam registrados, a maior proporção da região.

Desde 2005, foram implementados mecanismos de negociação coletiva rural com a participação de trabalhadores, empregadores e o Estado, o que permitiu estabelecer a jornada de trabalho de oito horas e limitar a terceirização, melhorando as condições de trabalho no setor. Embora não haja avaliações rigorosas do impacto, as evidências sugerem melhorias nos salários mínimos e redução das horas trabalhadas.

Paralelamente, as regulamentações trabalhistas no meio rural também enfrentam o desafio do trabalho infantil, que continua sendo mais prevalente na agricultura do que em outros setores econômicos. A OIT (2021) estima que cerca de 50% do trabalho infantil na ALC se concentra no setor agropecuário, muitas vezes em condições perigosas ou que interferem na frequência escolar. Embora vários países tenham fortalecido os marcos legais e os sistemas de inspeção do trabalho para prevenir e punir o trabalho infantil, a dispersão geográfica e os altos níveis de informalidade limitam sua eficácia.

¹⁹ Os pequenos produtores deviam apresentar um plano de negócios, receber treinamento técnico e financeiro, bem como insumos adaptados aos seus planos de negócios individuais. Eles também tinham acesso a benefícios de cofinanciamento (subsídios parciais para insumos agrícolas melhorados, compartilhamento de custos para equipamentos ou instalações de propriedade individual ou cooperativa).

Políticas ativas do mercado de trabalho

O fortalecimento das políticas ativas do mercado de trabalho pode ajudar a reduzir os atritos que limitam o acesso a empregos de qualidade em áreas rurais, onde a dispersão geográfica e a alta informalidade dificultam tanto a procura de emprego quanto a identificação de candidatos qualificados.

Vários instrumentos podem contribuir para aliviar essas fricções, como os serviços de intermediação de trabalho, assistência na procura de trabalho, programas de estágio, formação e certificação de competências. Evidências destacam o alto potencial dessas intervenções em países em desenvolvimento, especialmente quando direcionadas a jovens e populações vulneráveis (Berniell e de la Mata, 2017; Carranza e McKenzie, 2024; Escudero et al., 2019; Ibarrarán et al., 2019; Le Barbanchon et al., 2023; Novella e Valencia, 2022). No entanto, Maïga et al. (2020) destacam a necessidade de gerar mais evidências do impacto dos programas de fortalecimento de competências em agricultura para jovens.

Na ALC, essas políticas podem ser fortalecidas se forem articuladas com setores de alto potencial para a diversificação do emprego rural, como as cadeias agroalimentares (Berdegué et al., 2025) tanto no setor primário quanto em seus elos a jusante, serviços rurais e outros setores estratégicos (turismo, pesca, mineração e setor florestal), discutidos nos capítulos anteriores. Além disso, a promoção de empregos “verdes”, muitos dos quais localizados em áreas

rurais, é especialmente relevante no contexto da transição energética e dos esforços para reduzir as emissões de GEE (Allub et al., 2024)²⁰. Um exemplo disso são as iniciativas de alguns governos locais que, por meio de programas de transferências, promovem a restauração de ecossistemas como forma de proteção social produtiva para pequenos produtores agrícolas durante os períodos entre safras.



Políticas ativas do mercado de trabalho podem ser fortalecidas se forem articuladas com setores de alto potencial para a diversificação do emprego rural

Nesse contexto, programas de treinamento e requalificação profissional são essenciais para adequar a força de trabalho às novas demandas do mercado. Esses setores oferecem oportunidades relevantes para melhorar a renda e diversificar o emprego rural, mas seu aproveitamento geralmente requer uma requalificação das competências dos trabalhadores. As evidências na região mostram que as políticas de treinamento em sala de aula, no local de trabalho ou por meio de esquemas combinados tiveram efeitos positivos (Escudero et al., 2019).

Ensino superior

Entre as estratégias para promover a diversificação do emprego rural, a expansão do acesso ao ensino superior, atualmente muito limitado em contextos rurais, é particularmente relevante. A expansão estratégica de instituições públicas e programas de treinamento de ciclo curto, como cursos técnicos, programas

tecnológicos ou certificações, demonstrou potencial para aumentar a matrícula em áreas geograficamente carentes (Bassi et al., 2021; Ferreyra, 2017). No entanto, esse tipo de oferta continua escassa na maioria dos países da região, com a notável exceção da Colômbia (Ferreyra et al., 2022).

20 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define empregos verdes como “trabalhos decentes que contribuem para preservar ou restaurar o meio ambiente, seja em setores tradicionais, como manufatura e construção civil, ou em novos setores verdes emergentes, como energias renováveis e eficiência energética”. Os empregos verdes ajudam a melhorar a eficiência energética e de matérias-primas; reduzem as emissões de gases de efeito estufa; reduzem os resíduos e a poluição; protegem e restauram os ecossistemas; e apoiam a adaptação às mudanças climáticas.

A pertinência dos programas de ensino superior é fundamental, o que exige uma análise prospectiva da demanda de trabalho adaptada aos contextos locais. Por exemplo, o fortalecimento da oferta educacional para preparar a força de trabalho para as novas exigências dos empregos verdes constitui uma área de grande oportunidade, cujo aproveitamento precisa ser avaliado em cada região de acordo com suas características produtivas e ambientais. A formação técnica em determinados campos, como energias

renováveis, gestão de recursos naturais, eficiência energética ou tecnologias da informação aplicadas à produção agrícola, representa uma via estratégica para articular a agenda educacional com a transição energética e o desenvolvimento sustentável em áreas rurais. No entanto, a oferta educacional também deve se adaptar às oportunidades locais oferecidas por outros setores, tanto agropecuários quanto não agropecuários.

Políticas para reduzir disparidades de gênero

A redução das disparidades de gênero no emprego e na renda nas áreas rurais exige o enfrentamento das barreiras estruturais relacionadas à maternidade e aos cuidados, às normas tradicionais de gênero e às limitadas oportunidades de trabalho de qualidade para as mulheres, conforme documentado por Marchionni et al. (2025).

Embora, conforme documentado no capítulo 6, o número de filhos por mulher esteja diminuindo nas áreas rurais, a fertilidade continua sendo mais alta do que nas áreas urbanas. Uma prioridade é ampliar a cobertura dos serviços de cuidados infantis e escolaridade inicial. Evidências mostram que esses serviços podem melhorar os resultados de trabalho das mulheres, facilitando sua inserção no emprego, permitindo a transição para ocupações mais desejáveis ou aumentando a produtividade de seus negócios. No entanto, quando obstáculos adicionais persistem, como normas sociais restritivas ou falta de empregos de qualidade, o cuidado infantil por si só não é suficiente para fechar as disparidades (J-PAL, 2023).

Marchionni et al. (2025) também destacam que uma das principais limitações para as mulheres rurais é o tempo gasto em tarefas domésticas não remuneradas, além do cuidado, como a produção para autoconsumo ou o abastecimento de água. Por isso, o investimento em infraestrutura básica (água, energia, transporte) e em tecnologias que economizam tempo é essencial para aliviar essa carga e ampliar suas oportunidades de trabalho.



A redução das disparidades de gênero no emprego e na renda nas áreas rurais exige o enfrentamento das barreiras estruturais relacionadas à maternidade e aos cuidados, às normas tradicionais de gênero e às limitadas oportunidades de trabalho de qualidade para mulheres

Outro eixo fundamental são os programas de formação técnica com enfoque de gênero, juntamente com ações afirmativas que promovam a participação feminina em setores estratégicos, tradicionalmente dominados por homens, como a agroindústria, a pesca ou a construção civil. Da mesma forma, as políticas de inclusão financeira devem ser transversais a toda a população rural, mas adquirem especial relevância no caso das mulheres, que enfrentam maiores barreiras de acesso.

Por fim, as políticas devem ser acompanhadas de iniciativas que transformem as normas sociais. Campanhas de sensibilização e programas educacionais com perspectiva de gênero, orientados a modificar estereótipos sobre os papéis econômicos e familiares das mulheres rurais, são fundamentais para consolidar os avanços e contribuir para eliminar as disparidades.

Políticas facilitadoras para promover melhores condições de trabalho

Em muitos casos, existem oportunidades de trabalho em vilas ou localidades próximas, mas os custos de transporte, a baixa qualidade da infraestrutura de conectividade e a falta de serviços de mobilidade impõem barreiras significativas ao acesso dos trabalhadores rurais. Essas barreiras reduzem, na prática, as possibilidades de aproveitar as oportunidades de trabalho disponíveis.

As políticas de infraestrutura, tanto em estradas e transporte quanto em conexões digitais, são fatores facilitadores essenciais para melhorar as condições de inserção no mercado de trabalho no mundo rural e reduzir as disparidades de conectividade. Evidências empíricas, documentadas no capítulo 8, mostram consistentemente que os investimentos em infraestrutura de conexão física e digital têm impactos positivos sobre o emprego rural, reduzindo os custos de busca, facilitando o acesso a mercados mais amplos e expandindo a gama de oportunidades disponíveis para trabalhadores e empreendedores.